



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O [P1]SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Declaro aberta a 1ª reunião conjunta de audiência pública, de 2009, com a participação das seguintes Comissões: pela Câmara dos Deputados, Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Pelo Senado Federal, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. Pelo Congresso Nacional, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O tema a ser debatido será a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referentes ao segundo semestre de 2008, em atendimento ao estabelecido no § 5º, do art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal.

O convidado para esta reunião conjunta é o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil.

Anuncio a presença do Dr. Anthero de Moraes Meirelles, diretor de Administração; do Dr. Alexandre Antonio Tombini, diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro.

A Presidência convida os Srs. Presidentes das Comissões para comporem a mesa: Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputado Vignatti; Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, Deputado Edmilson Valentim; Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Silvio Torres; Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho — S.Exa. está chegando a esta reunião; Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senador Renato Casagrande.

Para melhor ordenamento dos trabalhos solicito especial atenção ao estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal.

Por sua vez, o palestrante, Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, disporá de 30 minutos para fazer sua exposição, só podendo ser apartado desde que S.Exa. o permita.

Os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos.

Informo ao Srs. e Sras. Parlamentares que a lista de inscrição para o debate já se encontra aberta aqui na mesa.

Nesse instante, portanto, concedo a palavra ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, para a sua exposição.

O [MSOffice2]SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Muito obrigado, Sr. Presidente. Como sempre, é uma honra estar presente no Congresso Nacional para prestar contas das atividades do Banco Central do Brasil. Considero essa a mais importante ação do Banco Central, que é exatamente vir ao Congresso Nacional mostrar o resultado dos seus trabalhos e, através do Congresso, prestar contas à sociedade brasileira.

De acordo com a lei, vamos falar, primeiro, sobre o resultado contábil do Banco Central — objetivos do Banco Central em termos de política monetária; política creditícia; e nas políticas creditícia e cambial, os impactos da crise internacional, e os possíveis efeitos fiscais da política monetária, e terminar com a evolução recente da atividade econômica no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Permita-me interrompê-lo, Sr. Presidente.

Por gentileza, peço aos responsáveis técnicos, ao pessoal pela sonoplastia que melhore o som. Alguns Parlamentares reclamam da audição.

Retorno a palavra o Presidente Henrique Meirelles.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é uma honra estar mais uma vez prestando contas à sociedade brasileira, através dos seus representantes. É a ação mais importante do Banco Central, na minha opinião, vir aqui prestar conta das suas atividades a S.Exas.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vamos falar, em primeiro lugar, nos termos da lei, dos resultados contábeis do Banco Central do Brasil; dos objetivos do Banco Central em termos de políticas monetária e creditícia; e dentro das políticas creditícia e cambial, dos impactos da crise internacional, dos possíveis efeitos fiscais da política monetária, e, finalmente, a evolução recente da atividade econômica no Brasil.

Resultado contábil do Banco Central: no segundo semestre de 2008, objeto desta prestação de contas, o Banco Central do Brasil apresentou resultado líquido de 10 bilhões e 170 milhões de reais de lucro positivo. De acordo com a legislação aplicável, o resultado, no período do segundo semestre de 2008, foi transferido ao Tesouro Nacional em março de 2009.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mostrarei, posteriormente, mais uma vez, a diferença da contabilização anterior, na medida em que a contabilização, até a promulgação da Lei nº 11.803, incluía também a variação cambial das reservas e dos SWAPs cambiais. Hoje, de acordo com a lei, o resultado líquido do Banco Central não mais inclui a variação das reservas e dos SWAPs cambiais, que são transferidos automaticamente ao Tesouro Nacional. Isso não impede que eu mostre aos senhores qual foi o resultado das reservas e dos SWAPs cambiais. Mas, contabilmente, nos termos da lei, isso já é transferido automaticamente para o Tesouro Nacional.

Portanto, nos termos da Lei nº 11.803 — aqui não aparece o resultado das reservas, mas o mostraremos em seguida —, o resultado das operações do mercado aberto, a receita é de 5 bilhões e 969 milhões de reais — juros com operações com títulos e juros com operações compromissadas. O Banco Central capta diariamente excesso de liquidez de mercado, via operações compromissadas, e aplica nas suas operações com títulos, particularmente títulos do Tesouro Nacional. Portanto, tem resultado positivo de 5.9 bilhões de reais; depósitos compulsórios o Banco Central os remunera; juros com o Governo Federal da Conta Única do Tesouro; resultado de operações com instituições: 2 bilhões e 800 milhões de reais; operações em moedas estrangeiras — organismos internacionais e outras [MSOffice3]despesas; e receitas administrativas, que são despesas gerais; e outras receitas e despesas financeiras, que são exatamente as aplicações do Banco Central, principalmente resultado de senhoriagem etc., que é o valor líquido das operações com moeda. No caso, o resultado positivo do Banco Central é de 10 bilhões e 172 milhões de reais. Esse resultado, depois da promulgação da Lei nº 11.803 tende a ser mais estável, na medida em que não está mais sujeito às variações do câmbio com os impactos das reservas.

No entanto, por transparência, vamos apresentar às Sras. e aos Srs. Parlamentares, o resultado financeiro das operações com reservas cambiais e SWAPs cambiais — porque são operações que têm resultados relevantes. Evidentemente, de novo, isso é transferido diretamente para o Tesouro Nacional.

O resultado total dessas operações, no segundo semestre de 2008, foi um lucro, do Banco Central — que, de novo, não passa por lucros e perdas, por causa dos termos da lei, mas vai direto para o Tesouro —, de 171 bilhões, 420 milhões de reais. O resultado proveniente das reservas internacionais foi de 160 bilhões e 870 milhões de reais; e o resultado proveniente dos SWAPs cambiais foi um lucro de 10 bilhões e 550 milhões de reais. Se olharmos o resultado dos SWAPs cambiais desde a sua inserção, em 2002, até agora, o resultado é positivo em cerca de 5 bilhões de reais. Apenas para os senhores terem uma visão, porque o SWAP é uma operação que eventualmente gera mais dúvidas e controvérsias. Mas se olharmos no correr dos anos, de 2002 até agora, é um resultado positivo: de cerca de 6 bilhões de reais; ele sobe e desce, dependendo, evidentemente, das variações cambiais. Com os resultados das reservas, também: quando o real se deprecia, sobe o valor do dólar, sobe o valor da reserva, e dá resultado positivo; e quando cai o dólar, o resultado é negativo. Exatamente por isso é que esses resultados são excluídos do resultado do Banco Central do Brasil, visando permitir uma avaliação mais transparente do resultado do Banco Central, separado do resultado das reservas. Esse resultado, inclusive, não necessariamente deveria ser apresentado aqui, porque ele não faz parte do resultado do Banco Central nos termos da lei. Mas eu estou apenas voluntariando, já para eliminar alguma pergunta, alguma dúvida etc.

Em termos do resultado do SWAP cambial, apenas elaborando, dando uma informação a mais: no segundo semestre de 2008, portanto, o resultado foi positivo, de 10.5 bilhões de reais, e no primeiro trimestre de 2009, apenas novamente antecipando, o resultado foi positivo, de cerca de 1 bilhão de reais.

Como eu vou mostrar mais à frente, hoje a nossa posição de SWAP é equilibrada, praticamente zero. Portanto, o resultado do SWAP, daqui para a frente, tende a ser zero, a não ser que o Banco Central venha, em algum momento, construir outra posição.

Objetivo do Banco Central em termos de política monetária — o cumprimento da meta de inflação, de 4,5%, com tolerância de 2 pontos percentuais para baixo e para cima. Vamos avaliar exatamente o que tem ocorrido com a inflação. Verificamos que no ano de 2008, objeto da nossa apresentação, o Brasil foi um dos poucos países do mundo em que a inflação esteve dentro da meta. Isto é, no intervalo superior de tolerância, próximo do teto do intervalo de tolerância, porém dentro da meta, exatamente, num ano em que houve uma grande pressão de preço internacional por conta do aumento dos preços das *commodities* agrícolas, metálicas, não metálicas, e minerais, em geral. Com isso, o Banco Central cumpriu, mais uma vez, o seu compromisso com a sociedade de ter uma inflação dentro da trajetória de metas.

Em vermelho, vemos aí as projeções dos analistas financeiros e macroeconômicos sobre a trajetória da inflação. Neste ano de 2009 vemos que, na avaliação dos analistas, a inflação deverá estar um pouco abaixo do centro da meta, de novo, consistente com a missão estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Falando em expectativas de inflação, vemos aqui em amarelo a expectativa de inflação de 12 meses à frente. Observamos que ela subiu bastante durante o segundo semestre do ano passado, caiu a partir do momento em que a crise mundial teve mais reflexo sobre o Brasil e hoje está em 4,03% a expectativa de 12 meses à frente, em vermelho, 2009,



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

4,33%, um pouco abaixo da meta, novamente subiu bastante no segundo semestre, depois caiu constantemente, e a inflação para 2010, projetada pelos analistas hoje, é de 4,30%.

Um dado da maior importância é com relação às taxas de juros de mercado, isto é, a taxa de juro que mais aparece do ponto de vista macroeconômico — não do ponto de vista do empréstimo, do *spread* bancário, que também tem alta visibilidade, e corretamente. No caso das taxas interbancárias é muito divulgada a taxa SELIC. Mas a taxa SELIC é a de um dia. A taxa que tem mais influência na economia é a de 360 dias. As taxas que prevalecem no mercado para 360 dias, que levam em conta uma trajetória futura da SELIC, que leva em conta expectativas de inflação, que levam em conta prêmio de risco. Pois bem, essa taxa, senhoras e senhores, em 2003, chegou a atingir 30% ao ano. Ela vem caindo gradualmente, com 2 componentes de queda: de um lado, um componente cíclico, de aperto monetário e flexibilização monetária; de outro, também uma tendência estrutural de queda nesses anos, produto da estabilidade, produto da inflação na meta, produto de dívida pública cadente, produto de uma política econômica que tem gerado uma estabilização da economia.

Hoje estamos no mínimo histórico. Essas taxas estavam, para 360 dias, em 9,38% no dia 25 de maio, e a de 180 dias, em 9,32%. É o mínimo histórico desde a existência desses mercados no País.

Se observarmos a taxa de juro real, isto é, a taxa de 360 dias, descontada a inflação esperada, veremos que, durante muitos anos, ouvíamos muitos economistas expressando a convicção de que um dia a taxa de juro real no Brasil estaria se aproximando de 5%, que é padrão internacional. Juro real de 5% é consistente com muitos emergentes. Evidentemente que as taxas hoje estão muito baixas na maior parte dos países por conta da recessão e da contração muito grande. Mas uma taxa de juro real de 5% é consistente, com muitos emergentes. Não no dia de hoje, mas dentro de um padrão histórico. Uma taxa de juro real nos Estados Unidos, por exemplo, é um pouco mais baixa historicamente, oscilando muitas vezes em pouco menos de 3%, se tomarmos uma média histórica, não dos últimos anos. Pois bem, estamos aí nos 5,2%, que é o mínimo histórico.

Objetivos do Banco Central em termos de políticas creditícias. Ele tem como objetivo ampliar a oferta e o acesso da população ao crédito. Não há metas formais, porque evidentemente não é o Banco Central que concede crédito.

Impactos da crise internacional: para analisarmos crédito no Brasil, temos de olhar, primeiro, o impacto da crise no mercado de crédito brasileiro, porque a crise internacional é de crédito. Portanto, tem impacto forte no crédito no Brasil.

Vamos ver como isso aconteceu.

Se observarmos o índice de preço de residências nos Estados Unidos, quando surgiu a crise, veremos que o aumento do preço de residências e imóveis foi o grande motor do crescimento americano depois de 2001, depois da crise da Bolsa, em função do chamado estouro da bolha da Internet, das ações ligadas a empresas voltadas para a Internet.

O que ocorreu? Observamos que o preço dos imóveis, de 2000 a 2006, dobrou. Isso [P5]gerou a possibilidade de as pessoas tomarem mais empréstimos baseados nos imóveis e a consumirem mais, impulsionarem a economia.

A crise aconteceu a partir desse momento e já caiu 32%. Isso gerou consequências graves nos Estados Unidos, pois todo o processo começou por aí. Por quê? Primeiro, a construção de novas residências entrou em colapso — queda de 80% em janeiro de 2006 — o que significa menos emprego; queda dos preços; menos financiamento, o que gerou um processo de perda nos bancos. As consequências foram: inadimplência no setor imobiliário, primeiro, no *subprime*, que é exatamente o setor de renda mais baixa, onde a crise surgiu; aumento da inadimplência — cerca de 5% ao ano em média, para, praticamente, 32%; foi aqui o problema — mesmo no segmento de renda alta, que é o *prime*, 11%.

Evidentemente, esse foi o início do processo. Depois foi para empresas; corporações; agora, cartões de crédito; empréstimo para consumo. Em resumo, foi onde os bancos começaram a perder e onde a economia começou a ter problemas.

Se observarmos as perdas dos bancos, comparando com crises financeiras anteriores, veremos que a crise americana no setor imobiliário, de 1986 a 1995, durante 10 anos, causou uma perda total de um pouco mais 300 bilhões de dólares; a crise no Japão, de 1990 a 1999, também 10 anos, cerca de 800 bilhões de dólares; a crise asiática, que foi muito grave para os países emergentes, cerca de 400 bilhões de dólares. As estimativas de perdas da crise atual está aumentando a cada ano. Temos hoje uma estimativa de perda global de 4,1 trilhões de dólares: nos Estados Unidos, 2,7; na Europa, 1,2, e no Japão, 0,1.

A perda total das bolsas de valores no mundo até hoje é de cerca de 28 trilhões de dólares. Isso é perda de riqueza da população; portanto, significa menos investimento, menos consumo. Hoje há uma recuperação das bolsas nos Estados Unidos. Atingiram níveis de outubro do ano passado mas, evidentemente, ainda não existe total segurança de que essa recuperação seja consistente e sustentável.

Crescimento do PIB mundial. Veremos como os países estavam crescendo.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para os países desenvolvidos, em vermelho, há uma previsão hoje, segundo o FMI, de contração da economia de quase 4% no ano de 2009, voltando, em 2010, a cerca de zero. Então, é uma perspectiva difícil para o mundo desenvolvido, para os países ricos, na medida em que eles não só terão uma contração, uma recessão forte este ano, mas, na realidade, a recuperação, ano que vem, vai se dar para voltar a não crescer e terá um crescimento um pouco mais moderado nos anos seguintes. O crescimento negativo: menos 1%, menos 2%, e o crescimento moderadamente positivo, ano que vem, pouco acima de 1%.

Os emergentes crescerão um pouco mais do que a média. Segundo avaliação dos dados, os quais mostrarei no final, o Brasil está bem colocado, principalmente em relação a 2010.

A crise financeira nos Estados Unidos levou a uma contração muito grande do fluxo de capitais, de empréstimo, de financiamento para os países emergentes.

Quanto aos bancos comerciais, em vermelho, notamos que, em 2009, a previsão será negativa, isto é, haverá mais pagamentos, mais cobranças de dívida do que concessão de empréstimo.

Os fluxos privados caíram muito, ainda que positivos na previsão para 2009. É um problema grave. Na reunião do G-20, em Londres, os chefes de Estados concordaram em alocar recursos ao Fundo Monetário Internacional visando [P6] permitir ao FMI suprir uma parte desses fluxos, principalmente para países em desenvolvimento. Alguns dos países já têm acordo com o FMI, o último foi o México. Evidentemente, o Brasil está numa posição privilegiada, pois se encontra agora entre aqueles que vão emprestar dinheiro para o FMI e não entre aqueles, como no passado, que estão neste momento tomando recursos do FMI.

A crise atingiu o Brasil basicamente por três canais: o canal de crédito, e vou mencionar em seguida como funcionou; o comércio exterior, que caiu com a queda das exportações; e o nível de confiança, que se expressa de diversas maneiras. Não é apenas o consumidor que fica receoso de comprar, de buscar financiamento porque não sabe se vai ter emprego daqui a dois anos e, portanto, tem receio de comprar alguma com financiamento. Também o empresário fica receoso, porque diminuíram os estoques; o investidor em banco, o depositante que começa a procurar bancos estatais, como o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica, e obtém recursos dos bancos menores; ou o próprio banqueiro, que fica com medo de emprestar e age de forma restritiva. Há também outros fenômenos internacionais. Os investidores, os grandes fundos internacionais que sacam esses fundos, têm que vender papéis na bolsa de valores brasileira, têm que vender ativos etc.

O que mais causou impacto no Brasil foi o canal de crédito. Vejamos como isso afetou o crédito externo e interno. Vamos observar o crédito brasileiro.

Eu coloquei em dólares para poder comparar com o impacto externo, mas evidentemente o crédito doméstico é em reais. Eu coloquei dólares pelo seguinte: dos 620 bilhões de dólares correspondentes ao crédito doméstico, 47 bilhões eram de financiamento externo. Considerando o dólar um pouco acima de 2, vamos supor: de 1 trilhão e 240 bilhões de reais de crédito do País nesse momento, a dólar de hoje, por exemplo, tínhamos cerca de 100 bilhões de financiamento externo. Na época, o dólar estava um pouco mais caro, mas esse número dá uma boa idéia.

O crédito externo era de cerca de 100 bilhões de dólares. Direto. Companhia brasileira que toma recursos no exterior. O que ocorreu? Na medida em que houve uma restrição muito severa dos bancos internacionais, que restringiram o crédito porque tiveram uma crise de crédito no exterior, nos Estados Unidos e na Europa, as empresas brasileiras que tomavam recursos no exterior tiveram dificuldades e voltaram-se para o crédito doméstico, e os bancos brasileiros, que também buscavam crédito no exterior para poder financiar principalmente os exportadores brasileiros, também tiveram dificuldades. Isso contraria o crédito total, mesmo que o crédito doméstico estivesse expandindo, porque havia mais empresas tomando recursos domésticos porque não o conseguiram no exterior.

O crédito doméstico em si, como mencionei, continua crescendo. Ele atingiu, em abril de 2009, 42,6% do produto, o valor mais alto desde o início dessa medida em 1988. Apenas para lembrar a V.Exas., em janeiro de 2003 esse número era 22%, hoje 42,8%. Portanto, nesse período, o crédito cresceu substancialmente no Brasil e foi uma das razões pelas quais o País, de fato, teve crescimento.

O crescimento brasileiro foi impulsionado por dois grandes fatores: primeiro, emprego e renda, massa salarial; segundo, crédito; além de outros fatores trazidos pela estabilidade. Observando o crédito livre direcionado, de abril de 2008 a abril de 2009, a pessoa física cresceu 18%; a pessoa jurídica, 22%; crédito direcionado — crédito do BNDES, rural etc. — 27%. Considerando abril em relação a março, a pessoa física cresceu, a jurídica decresceu um pouco. A variação neste ano: a pessoa física cresceu 4,4%, a pessoa jurídica decresceu 2,6% e o crédito direcionado cresceu 4,6%. Isso [P7] está claro na curva vermelha — crédito direcionado, amarela — pessoa jurídica — e azul — pessoa física. Há, de fato, uma contração na margem este ano de 2,6% no total de oferta de crédito para pessoa jurídica.

Vamos agora falar sobre o que já foi e o que está sendo feito para endereçar esse problema.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Antes disso, crédito imobiliário, continua crescendo. Este é um crédito importantíssimo e que continua crescendo. Em um ano, de abril de 2008 a abril de 2009, cresceu 40%; em abril sobre março de 2009, em um mês, cresceu 2,6%; e neste ano já cresceu 10%.

Vamos analisar a questão das empresas. O crédito total, como mencionei, agora medindo de setembro de 2008 a abril de 2009, cresceu 8,3%. No entanto, os bancos públicos foram os que lideraram este processo: os bancos públicos cresceram 19,5%.

Esse é um dado da maior importância. Não há dúvida de que os bancos públicos brasileiros estão na liderança do processo da normalização do crédito no Brasil, um anúncio importante do Banco do Brasil nos últimos dias; e o caminho, num momento como este no mundo, em que compete ao Poder Público exercer um papel contracíclico. O Brasil tem grandes bancos públicos, portanto tem condições de fazer isso.

Os bancos estrangeiros cresceram 3,2% e os privados nacionais, 2,2%. No entanto, e aqui vem a grande questão, os bancos grandes cresceram 11% e os pequenos e médios decresceram 5% até o mês de abril. Qual é a razão disso? É aquela razão que mencionei: no momento em que houve uma contração do crédito total em função da contração do crédito internacional, as empresas maiores tomaram recursos dos bancos, criando portanto um problema para as empresas menores que tiveram menos acesso ao crédito. Segundo, os bancos maiores deixaram de emprestar aos bancos menores e direcionaram o crédito para os seus melhores clientes e muitos investidores também deixaram de investir nos bancos menores. Esse foi o maior problema.

Isso foi atacado de maneira muito forte, em primeiro lugar, pela redução dos depósitos compulsórios no Banco Central, que liberou cerca de 100 bilhões de reais para o sistema emprestar e injetar liquidez. Foi um movimento muito bem sucedido, mas a maior importância desse recurso é que houve um direcionamento específico para bancos pequenos e médios de 41,8 bilhões de reais. Isso equilibrou a situação dos bancos pequenos e médios, que receberam, portanto, uma aplicação dos bancos maiores de 41,8 bilhões de reais, que foram retirados do depósito compulsório do Banco Central do Brasil.

Além do mais, o Conselho Monetário Nacional criou um novo recibo de depósito bancário, que permite que depositantes nos bancos pequenos e médios principalmente, que estão usando esses recursos, possam ter garantia de depósito para contas com depósitos de até 20 milhões de reais. Isto viabilizou que os bancos pequenos e médios voltassem a captar.

Para os senhores terem uma idéia, ontem anunciei em São Paulo os números de captação através desse mecanismo no mês de maio, e o total, desde o início até o dia 12 de maio, tinha sido cerca de 4 bilhões de reais. Fizemos uma atualização até o dia 25, ontem à noite, para trazer esses números aos Srs. Parlamentares, e o número foi para 6 bilhões de reais.

É muito importante mencionar que esse programa permite que os bancos pequenos e médios voltem a atuar aumentando a competição no mercado juntamente com os bancos públicos, fazendo com que a oferta de crédito aumente e os preços caiam. Segundo, eles atendem segmentos específicos, como a pequena e média empresa. Isso é da maior importância porque as pequenas e médias empresas são atendidas pelos grandes bancos, inclusive pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica, mas [P8]há muitos bancos pequenos e médios especializados em tipos específicos de pequenas e médias empresas. Portanto a atuação dos bancos pequenos e médios é muito importante.

Além disso, existiu o anúncio, feito pelo Ministro da Fazenda, da criação de um fundo de aval, fundo que vai garantir crédito. Primeiro, o BNDES vai garantir créditos do BNDES, será um fundo do próprio BNDES, e depois um outro fundo mais geral, que vai fazer garantias, dar aval para empréstimos para pequenas e médias empresas. Esse é um passo adicional que visa viabilizar.

Mostrei aqueles números dos diversos tipos de bancos, mas a nossa expectativa é que, com essas medidas, os bancos pequenos e médios possam voltar a crescer a taxas compatíveis com o que prevalecia em termos comparativos com os maiores bancos.

Concessão de crédito, média diária. Para dar apenas uma visão a S.Exas., a média de 2008 estava em cerca de 7,1 bilhões, subindo e descendo. Isto caiu bastante em outubro; subiu um pouco em dezembro, porque era uma questão de final de ano; caiu fortemente em janeiro, um pouco por componente sazonal, um pouco pela questão da crise; mas começou a recuperar-se gradualmente janeiro, fevereiro, e em abril já estamos um pouco acima da média de 2008. Portanto, existe uma recomposição. Em resumo, essas medidas estão começando a mostrar efeito.

Uma outra maneira de ver a concessão de crédito, por exemplo, para veículos em vermelho e vendas internas, vendas gerais, em azul, e que talvez seja um dado relevante, é que já voltou ao nível que estava, caiu um pouco em abril, mas já estamos próximos aos níveis do ano passado.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em termos de qualidade de crédito está em azul e vermelho. Estamos vendo aqueles créditos que estão tendo dificuldade; está aumentando um pouco em função da crise, mas já tenho algumas informações de que uma ação de recuperação do crédito, nos últimos 30 a 60 dias, já mostra em alguns bancos uma reversão desse quadro.

O índice de captação do sistema financeiro brasileiro é mais conservador do que o do restante do mundo. Uma das boas coisas que o Brasil tem feito é exigir índices de capitalização dos bancos maiores, e isso tem me dado muitos problemas. Para que os senhores e as senhoras tenham uma idéia, o nível mínimo nacional fixado por Basileia é 8%; no Brasil exigimos 11%, e o número real está maior do que esse.

Política de câmbio. O objetivo do Banco Central é o aperfeiçoamento permanente do regime de câmbio flutuante; não há metas da taxa de câmbio. A crise atingiu fortemente o mercado de câmbio, como mencionei, em função não só da ausência de linhas de crédito, da cobrança das linhas de crédito, mas também da repatriação de capital por diversas razões.

O Banco Central do Brasil atuou de diversas maneira, em primeiro lugar fazendo leilões de vendas de dólares — no mercado à vista vendeu 14,5 bilhões de dólares — e fez empréstimos. Felizmente, o Brasil tinha reservas para fazer isso. a maior parte dos países em desenvolvimento e mesmo emergentes não tinha. Fomos capazes, porque tínhamos reservas, de emprestar, de os bancos emprestarem principalmente para os exportadores, cerca de 24 bilhões de dólares. Desses 24,4 bilhões de dólares, 12,9 já foram pagos, existe uma posição líquida hoje de 11,5. Portanto, uma intervenção total de quase 40 bilhões de dólares no mercado cambial, seja através de empréstimo, seja através de vendas do mercado *spot*. Essa foi uma atuação decisiva do Brasil neste momento.

Além do mais, o Banco Central tinha os *swaps* cambiais, que no Japão foram objeto de tanta discussão etc. O [P9]Banco Central estava sinteticamente comprado, isto é, o Banco Central tinha 22 bilhões de dólares no mercado futuro, além das reservas.

Uma das crises que houve foi exatamente no mercado futuro, no mercado de derivativos, por causa daquelas empresas que tinham os derivativos cambiais que estavam vendidos em dólares e tiveram prejuízos enormes. Felizmente, o Banco Central do Brasil estava comprado; chegou a vender 33 bilhões de dólares no mercado futuro, além das intervenções do mercado à vista que mencionei. Ficamos portanto, no pico da crise, com 11 bilhões de dólares vendidos, na posição oposta no pico da crise. Esses 11 bilhões de dólares o Banco Central já fechou posição, isto é, foi sinteticamente comprando dólar no mercado futuro e hoje tem uma posição equilibrada. Portanto hoje estamos equilibrados no mercado futuro, não há essa operação de posições.

O Banco Central do Brasil está comprando novamente no mercado à vista e anunciou ontem o valor comprado desde o início de maio: um pouco acima de 2 bilhões de dólares O Brasil é um dos países que pôde reverter rapidamente essa posição. Não só tínhamos reservas fortes, não só usamos muito bem essas reservas, como já começamos a reconstituir as reservas, isto é, os investidores internacionais já apostam novamente que o Brasil vai superar bem a crise.

Em relação à evolução da taxa de câmbio, estou considerando apenas as duas últimas semanas, que foi o momento mais nervoso, quando esse assunto começou a concentrar as atenções, na medida em que o câmbio começou a se aproximar de 2 reais o dólar. Eu apenas gostaria de chamar a atenção de V.Exas. para o fato de que, realmente, o dólar caiu em relação ao real nesse período — desde o dia 8 de maio, caiu 2,4% — mas, nesse mesmo período, o dólar caiu em relação ao euro 2,7% e o real, na realidade, em relação ao euro não subiu; caiu. Quero dizer com isso que existe um fenômeno mundial de desvalorização do dólar, e é um fenômeno que não é relacionado ao real. Ou seja, quando olhamos o valor do dólar, não podemos olhar apenas o valor do real; o dólar está caindo no mundo todo — em relação ao euro, ao franco suíço, às moedas asiáticas, à coroa dinamarquesa etc.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Eu não tenho o número atual, mas podemos conferir a avaliação de hoje.

Um dado importante: se considerarmos a variação do real nos últimos tempos em relação às demais moedas, vamos ver que existe uma sincronia muito grande, digamos, uma correlação muito grande da variação do real com a variação do dólar australiano e do dólar neozelandês. Essas moedas tendem, nos últimos meses, a caminhar mais ou menos juntas. A razão disso é que são grandes países exportadores de *commodities*. Então, na medida em que sobe o preço da *commodity*, essas moedas tendem a subir junto; cai o preço das *commodities*, essas moedas tendem a cair junto. A correlação do real, portanto, com essas moedas e com *commodities* é muito elevada.

Se compararmos — e podemos fornecer para S.Exas., se tiverem um interesse especial nisso —, por exemplo, a correlação do real com o índice de preços de *commodities* é muito elevada, mais de 0,9, em alguns períodos chega a 0,98, o que significa que varia junto com a variação dos preços das *commodities*. O preço das *commodities* sobe, o dólar cai em relação ao real ou o real sobe em relação às demais moedas, deixando de lado a variação do próprio dólar em si.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O impacto direto das taxas de juros de curto prazo nas contas públicas, passando agora ao impacto da política monetária nas contas do Governo Federal e do Tesouro, se dá de diversas maneiras. Há impactos fiscais indiretos, por exemplo, por meio dos efeitos das expectativas, da inflação, da taxa de câmbio, do crescimento econômico de longo prazo. Portanto [P10] não é apenas a variação direta.

Agora, por exemplo, a taxa de juros está caindo, a Selic está caindo, e isso é um efeito positivo para o Tesouro. Mas às vezes está subindo e, a longo prazo, também causa um impacto positivo, porque está se estabilizando a economia, caem as taxas de juros reais, e as taxas de juros reais pagas pelo Tesouro também vão caindo ao longo do tempo, independente dos ciclos de subida e descida de juros de curto prazo.

Uma maneira de se avaliar os efeitos fiscais é por meio da trajetória da dívida líquida do setor público em relação ao produto. Esse, no final, é o grande instrumento. Vamos olhar, em primeiro lugar, a parte externa.

A dívida externa total do setor público brasileiro chegou, em setembro de 2003, a 138,7 bilhões de dólares e em março de 2009, era 83,9 bilhões de dólares. Nesses últimos anos o Brasil tem pagado dívida: pagou o Fundo Monetário Internacional, o Clube de Paris, a dívida reestruturada da década de 80, e foi também pagando uma parte da dívida privada.

A dívida pública total externa, que era um problema histórico no Brasil — desde que somos crianças ouvimos esse problema da dívida externa, do Governo principalmente e depois do próprio País — hoje é cerca de 84 bilhões de dólares, só que as reservas brasileiras, hoje, são de 205 bilhões de dólares.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Daria, certamente, seria possível, bastaria os credores concordarem em receber antecipadamente.

Um dado da maior importância é que entramos na crise com uma reserva de 205,1 bilhões de dólares e hoje estamos com 205,3 bilhões de dólares. Portanto, se compara de uma maneira muito favorável com outros países emergentes, que tiveram quedas dramáticas das reservas nesse período, e o Banco Central está comprando dólares no mercado diariamente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Cem por cento. A reserva para o balanço do Banco Central do Brasil é propriedade do Tesouro.

Em consequência desse fato, a dívida líquida pública é negativa exatamente por aqui que o senhor mencionou: a reserva é maior do que a dívida. Tínhamos, antes, a dívida líquida pública, isto é, dívida menos reserva menos caixa; agora é negativa 174.

A dívida líquida do setor público sobre o produto tem caído por várias razões: em primeiro lugar, o superávit primário; em segundo lugar, o juro real tem caído ao longo dos anos e isso tem diminuído o custo dos juros da dívida — isso é muito importante por causa da estabilidade econômica. No final do processo havia uma queda e uma subida porque, como tínhamos reservas internacionais, no momento em que o real se depreciou de 1,56 para acima de 2, houve um ganho para o Tesouro, porque o valor em reais das reservas subiu e a dívida em reais permaneceu.

Portanto, o Brasil hoje tem um efeito oposto ao que tinha no passado. No passado, quando éramos grandes devedores em dólar, quando havia uma crise o dólar subia e a dívida pública subia, isso gerava mais incerteza, o que levava ao aumento da saída de capitais. Era um ciclo vicioso. Hoje é ao contrário: quando depreciou o real, o dólar subiu e a dívida caiu. É o chamado estabilizador automático.

Uma das razões pelas quais o Brasil está sendo muito prestigiado internacionalmente é exatamente porque o setor público brasileiro, que, nas crises anteriores, sempre foi uma fonte de preocupação, hoje é parte da solução.

Vejamos o impacto da crise no déficit nominal em diversos países. Espera-se que esta crise leve o déficit nominal nos Estados Unidos a 13,6% no final de 2009 — saindo de 3 para quase 14; no Reino Unido, a 11%; no Japão, a quase 10%; na Alemanha, a 6%. [P11] O Brasil, no final de 2009, a expectativa é que chegue um pouco acima de 2, estável em relação ao número que está hoje, um pouco acima de 2. A expectativa, para 2010, é abaixo de 1.

O que estamos mostrando aqui é que o Brasil é um dos poucos países onde a situação fiscal está equilibrada porque não há o aumento do... A diminuição do superávit primário anunciado para 2009 é contrabalançada pela questão do ganho, principalmente em relação a taxas de juros reais menores prevalecendo na economia.

Impacto fiscal da crise sobre a dívida pública.

Isto aqui é dado do FMI, portanto está um pouco atrasado, é do final de 2008 no caso de diversos países, mas quisemos manter a consistência e não atualizamos o Brasil até agora porque não temos os números dos outros países. Para manter a consistência, fizemos isso.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vemos aí, em verde, Brasil e os demais países. Apenas para dar um exemplo, no caso dos Estados Unidos, a dívida pública, que era 43% do produto, espera-se que chegue ao final de 2009 a 70%; Reino Unido, a 67%; Alemanha, a 78%; Japão, a 114%. O Brasil, hoje, está em 37,6%, começou a crise a 40%. Mesmo que suba um pouco até o final do ano, vamos supor, chegue um pouco acima disso, com certeza será abaixo de 40%. Portanto, o Brasil vai chegar ao final da crise com uma dívida pública sobre o produto menor do que entrou. Deve ser um dos poucos países do mundo em que isso vai acontecer.

De novo, fundamentos da economia brasileira. Evolução recente da atividade, para terminar. Primeiro, desemprego.

Em laranja, a evolução do desemprego no ano de 2009. Subiu um pouco em relação a 2008, como está claro — 2008 em amarelo —, mas nós mostramos claramente a comparação com os anos anteriores: 2007 está verde, 2006 em marrom, 2005/2004 em azul. Vemos claramente o comportamento do desemprego comparado com os anos anteriores.

Um dado da maior importância que vou mostrar é que, de fato, a evolução do índice de desemprego, comparado com outros países, é extremamente favorável ao Brasil. Existem diversas previsões sobre a evolução do desemprego até o final do ano, mas não há dúvida de que não devemos...

Aliás, desemprego sempre preocupa. Até fiz uma declaração recente dizendo que aumento de desemprego sempre preocupa, isso é normal e óbvio, e ninguém vai deixar de se preocupar que o desemprego vai aumentar. Por outro lado, é importante mencionar que o desemprego no Brasil tem um desempenho, e vou mostrar isso, muito favorável na evolução, em comparação com todos os demais países. As perspectivas de evolução disso até o final do ano também são favoráveis.

Retomada de atividades. Estamos num processo de retomada de atividade muito incipiente, no início. Sempre é bom ser cauteloso com isso, mas existem indicações de que, primeiro, dados concretos: a expansão da massa salarial. A massa salarial brasileira continua expandindo, crescendo. Isso é importante. Em relação ao ano passado, continua crescendo mais que 3% real. A recomposição das condições de crédito está acontecendo, e isso está levando ao aumento das vendas no varejo, à recuperação das vendas no varejo, vou mostrar isso, também favorecida pela desoneração tributária.

De outro lado, no sentido contrário, há um ajuste dos estoques para baixo, juntamente com a queda das exportações. Tivemos uma sustentação da demanda interna, beneficiada pela desoneração tributária, expansão da massa salarial e recomposição das condições de crédito. Por outro lado, o reajuste dos estoques em geral para baixo e queda das exportações.

Há uma recuperação na produção de bens intermediários, e isso deve levar, ao final do processo a uma recuperação dos investimentos com a melhora da confiança, apesar de que os investimentos ainda estejam em trajetória baixa em função, evidentemente, de que é mais volátil, isto é, o investimento é aquele que tem maior variação num período como este.

Se olharmos vendas no varejo, vamos ver o varejo ampliado, que incluía veículo automotores, como ele caiu de forma pronunciada no final do ano e tem uma recuperação. Por [P12]exemplo, de março de 2009 sobre fevereiro, cresce 2%; em um ano, de março de 2009 sobre março de 2008, cresce 6%. O restrito, sem automotores, cai menos e já sobe 0,3%, março sobre fevereiro; e março sobre março do ano passado 5,8%. Já vemos uma recuperação na margem das vendas no varejo.

Vendas e produção na indústria. Tivemos uma queda pronunciada da produção na indústria no final do ano passado, em dezembro, mantendo-se num nível baixo no primeiro trimestre, e já há um processo de início de recuperação em março. Vendas em azul. Os números de abril ainda não estão claros. Existe alguma inconsistência, alguns números que não são muitos bons, outros melhores, mas esses são os dados até março, mostrando a recuperação na margem.

Índice de confiança na indústria — como o industrial está vendo isso, como ele está olhando o seu mercado para frente: muito baixo em novembro, muito negativo em novembro do ano passado, dezembro ainda negativo. Começou a ficar de fato negativo em setembro, mas vemos que em abril já há uma recuperação grande no nível de confiança na indústria. O Industrial já começa a enxergar uma luz à frente.

Comecei a mencionar a variação do desemprego. No Brasil, em abril, em 12 meses o desemprego subiu 0,4%; Japão, 1%, Estados Unidos, quase 4%; na área do euro, 1,07%, até baixo. Esses números até abril aumentam um pouco. Em resumo, o Brasil está se comparando favoravelmente. Apesar de que, de novo, a meta seja aumentar o emprego e diminuir o desemprego, o impacto mundial da crise o Brasil está sentindo menos.

Por exemplo, produção de veículos. Azul, a produção de março de 2009 sobre dezembro de 2008: Reino Unido, 16% de crescimento; Japão, 23% de queda; Estados Unidos, quase 40, não, 2,5, na realidade, a queda; Alemanha subiu 40; o México caiu 16% e o Brasil subiu 182%. Houve uma recuperação grande na margem. A indústria automobilística



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

puxou a recuperação. Em vermelho, comparado com o ano passado, o Brasil, menos 4%; o México, menos 32%; Alemanha, menos 19%; Estados Unidos, menos 38%; Japão, menos 50%; Reino Unido, menos 52%.

Portanto, claramente o Brasil não só está com uma recuperação em uma margem forte mas já está no nível praticamente compatível com o do ano passado. Inclusive tenho ouvido muitos casos de executivos da indústria brasileira automobilística que estão tendo que escrever relatórios para mostrar para as suas matrizes qual é razão pela qual o mercado brasileiro está se recuperando muito mais rapidamente do que a maior parte dos outros países produtores de veículos.

A utilização da capacidade instalada já começou a subir, mas num patamar mais baixo, resultado não só da queda mas do grande volume de aumento de investimentos nos últimos anos. Esse é um dado importante porque mostra que temos margem para crescer, ao contrário de crises no passado, quando o país começava a crescer e já tinha problemas logo em seguida, porque não tinha margem para crescer. Agora não: temos margem para crescer. Isso é importante.

Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - A Presidência agradece a exposição realizada ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles.

Vamos dar início ao debate.

Indago dos Presidentes presentes se desejam fazer uso da palavra.

Com a palavra o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Silvio Torres. V.Exa. tem a palavra.

Posteriormente, após o debate a partir da palavra dos [p13]Presidentes das Comissões, estenderemos ao Plenário, pela ordem de inscrição, que já se encontra aqui na Mesa e a lista continua aberta, à disposição.

Com a palavra V.Exa., Deputado Silvio Torres.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Obrigado Senador Almeida Lima; meus cumprimentos aos nossos convidados.

Foi uma exposição bastante objetiva e que cumpre suas finalidades. Até para torná-la ainda mais produtiva, digamos assim, gostaria de obter alguns esclarecimentos adicionais do nosso Presidente do Banco Central, e vou começar com uma pergunta genérica.

Presidente Henrique Meirelles, na sua exposição, o senhor expôs vários dados comparativos do Brasil, especialmente com o Japão, com os Estados Unidos e com a Europa. Eu queria saber se, na comparação com os chamados BRICs, teríamos uma situação semelhante? Não seria interessante conhecermos, por exemplo, como foi o Brasil comparativamente à China, à Índia, à Rússia, se se manteve essa proporção de que o senhor explanou?

Uma outra questão que eu gostaria de saber de V.Sa.: se a dívida líquida do setor privado também ficou numa situação mais favorável. O senhor disse que a dívida líquida do setor público ficou mais favorável, mas a dívida líquida do setor privado como variou em função da crise? O montante dela era significativo?

Um debate que já está colocado e de que o senhor tem recorrentemente participado é a questão do câmbio. Essa tem sido, sem dúvida, uma das grandes polêmicas da gestão de V.Sa. à frente do Banco Central. Inclusive hoje houve uma Comissão Geral na Câmara dos Deputados, e alguns números foram levantados — era uma Comissão Geral para avaliar o impacto da crise no nosso País.

Um dos expositores, o Prof. Roberto Giannetti da Fonseca, que o senhor conhece, disse que cada 1 bilhão de dólares exportados significam 60 mil novos empregos e, evidentemente, o contrário também: cada 1 bilhão de dólares a menos significa uma perda de 60 mil empregos. Ele deu exemplos da perda que os exportadores têm, especialmente os exportadores da indústria, um deles muito interessante, que é o seguinte. Um produto exportado por cerca de 3 mil dólares ao dólar cotado a 1,60 real, que era um cenário hipotético antes da crise, significaria 4.800 dólares de receita. Um produto exportado depois da crise, considerando o fato de que a crise fez cair o preço dos produtos no mercado internacional, ao dólar de hoje, que é um dólar já preocupante de 2 reais, daria uma receita de 4 mil dólares. Ou seja, é uma perda, grande, significativa. E atribui-se isso, pelo menos os setores exportadores, a uma certa flexibilidade da política cambial, à entrada de dólares de investidores, que vêm especular no Brasil, entre outras questões.

Eu queria deixar apenas uma consideração: se para evitar esse efeito negativo... *(Pausa.)*

O Deputado Haully está me dizendo que devo chamá-lo de V.Exa., mas foi apenas uma mera informalidade.

A pergunta é a seguinte, Ministro: entre tantas outras iniciativas que poderiam ser tomadas, mas que V.Exa. considera que talvez não sejam adequadas, se uma delas poderiam ser consideradas num momento em que o Brasil novamente tem sido buscado por investidores especulativos, aqueles que vêm trazer dinheiro de curto prazo, dado o fato de que os juros em outros continentes estão muito mais baratos, a ideia [p14]da quarentena. Seria uma ideia viável, para uma avaliação no cenário atual de crise?



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agradeço a V.Exa. a atenção.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, em relação aos chamados BRICs — Brasil, Rússia, Índia e China — são países que têm componentes estruturais muito diferentes.

Em termos práticos, procurando sintetizar uma questão muito complexa, uma vez, Deputado, eu participei de uma discussão, num seminário internacional, em que estavam presentes um Ministro da Índia e um Ministro da China. Eu representava o Brasil, discutindo com investidores internacionais vários assuntos. Havia um representante do Brasil na platéia. Ele perguntou para o Ministro da China o que o Brasil deveria fazer para crescer igual à China, que na época estava crescendo a 12%. O Ministro chinês sorriu, embaraçado, e pediu que eu respondesse a pergunta, em nome da China. Eu disse, muito bem, eu explicarei, mas há várias coisas que podem ser feitas aqui.

Em primeiro lugar, na época, a China incorporava cerca de 30 milhões de novos trabalhadores ao mercado de trabalho por ano porque ela ainda tinha, segundo os critérios do governo chinês, cerca de 450 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza. Nós não temos essa disponibilidade de mão-de-obra para incorporar ao mercado de trabalho. Já a tivemos, na primeira metade do século XX. Naquele período, o Brasil cresceu 7%, ao ano, em média. Felizmente, não temos essa vantagem, o que é positivo, evidentemente.

Segundo, na China, não há praticamente previdência social ou direito trabalhista. Então, a mão-de-obra é barata. Os sindicatos são fracos, não há lei trabalhista, o direito social é muito pouco, e não há previdência. Então, por definição, a mão-de-obra é barata e tem controles internos etc. Portanto, é um custo barato de produção. Mão-de-obra intensa, custo barato.

Além do mais, a poupança nacional na China é de 51% do produto, o que significa que os chineses, seja o governo, seja... O que nós dizemos aqui, muitas vezes, que sacrifica muito o superávit primário, lá, o saldo nominal real do governo chinês é impressionante; eles têm saldo, poupança. Isso acaba chegando na última pergunta sobre o câmbio também.

E fui por aí. Eu disse que é muito simples: é uma questão de opção da sociedade brasileira se quer fazer o mesmo tipo de sacrifício da sociedade chinesa para crescer a essas taxas, para resolver a questão.

O que eu quero dizer é que a China, portanto, tem uma taxa de crescimento normal de cerca de 11% ou 12% ao ano por essas condições. Tem também investimento enorme em educação e em outras coisas.

Esse crescimento caiu pela metade, para 6%, este ano, segundo as previsões, o que na China é gravíssimo. Esse é o problema que devemos ver. É gravíssimo o aumento do desemprego lá, com 6% de crescimento, é uma pressão enorme, porque eles têm necessidade de absorver 30 milhões de novos trabalhadores por ano no mercado. Então, quando eles não absorvem, e ainda perdem, que é o que acontece, em última análise, é um problema.

Na Índia, a situação é similar. Com patamares menores, mas similar. A Rússia, não; ela não está bem, está numa situação muito difícil.

Em relação ao restante de outros emergentes, o Brasil está numa posição considerada muito boa, e as previsões de crescimento são bastante favoráveis, principalmente comparado com outros países, em relação a 2010, especificamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Presidente.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Há outros países produtores de algumas *commodities* específicas, inclusive alguns vizinhos nossos, que devem crescer mais este ano, porque essas *commodities* especificamente estão subindo de preço.

Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Ministro, aproveite e fale um pouco sobre a Rússia, rapidamente. A situação da Rússia é difícil, o senhor disse. O senhor falou sobre Índia e China. Por favor. Desculpe-me por interrompê-lo.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Sim.

A Rússia tem muita dependência da exportação, primeiro, de petróleo, gás natural e outros minerais. É uma economia muito dependente dessas *commodities*. Segundo, a situação do sistema financeiro russo é muito frágil, comparado com outros países. Então, o Governo está agindo bem, tomando uma série de providências importantes e agindo vigorosamente, mas não é um país que tem, por exemplo, nível de institucionalização, de mercado. É uma questão de tempo. A economia demora um certo tempo para se estruturar. É um país que se abriu para a economia de mercado há pouco tempo.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sou muito amigo do Presidente do Banco Central da Rússia e conheço bem o Ministro da Economia. Eles estão fazendo um bom trabalho e se esforçando muito, mas a estrutura é um pouco mais difícil do que a da China, hoje, ou a de outros países.

Em relação à dívida líquida externa do setor privado, ela era, em setembro de 2003, de 81 bilhões e, em março, de 108 bilhões. Portanto, ela subiu. O setor privado normalmente não mantém grande parte das suas reservas no exterior porque precisa de capital de giro. A empresa brasileira tende a ter as suas reservas no Brasil. Algumas as mantêm no exterior, mas é uma dinâmica, certamente, diferente.

A dívida total, externa e interna, está subindo porque o crédito está aumentando.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - E o PIB privado também diminuiu.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Temos que aguardar os números do Produto, Deputado, para ver qual será o resultado do ano. No ano passado, subiu. No último trimestre, caiu. Mas há questões pontuais aí que temos que verificar.

Talvez seja melhor avaliar o comportamento do ano de 2009 no ano que vem. É quando vamos ver o Produto e o endividamento das empresas e das pessoas físicas. O Produto vai ter o consumo das famílias e das empresas e o investimento do Governo. Aí, sim, poderemos avaliar isso como um todo.

Mas o crescimento do crédito é positivo. As empresas, idealmente, aumentarão o volume do crédito em relação ao Produto na medida em que o crescimento do crédito é fundamental para impulsionar o crescimento das empresas, e o total do crédito sobre o Produto no Brasil ainda é baixo internacionalmente. Agora, na crise, isso é até positivo. Mas, evidentemente, temos muito espaço para crescer.

Em relação ao câmbio, é importante mencionar algumas coisas. Em primeiro lugar, não existe sucesso na história econômica recente de controle de taxa de câmbio por parte de governo ou de banco central. O Brasil teve meta de câmbio na década de 1990. Já viajamos por essa rota e tivemos problema com isso. A Argentina dolarizou a economia e teve problema. Nós também. Hoje, a grande totalidade dos países do mundo já abandonou a meta de câmbio porque os fluxos cambiais são muito fortes. Então, controlar câmbio tem uma certa similaridade com controlar preço.

O câmbio varia em razão de uma série de coisas, como fluxos financeiros. Não é apenas a questão do investidor. Às vezes focaliza-se num número específico, o investidor que vem aplicar no mercado financeiro. Nos últimos anos, esse valor é menor.

Existe, por exemplo, um grande fluxo de investimento estrangeiro direto, que é um componente muito importante. O Brasil mostrou agora saldo de conta corrente novamente, depois de muito tempo de déficit. O saldo comercial ainda é positivo, ainda é superavitário. Houve uma contração do crédito no ano passado pelo corte do crédito internacional, então as empresas estavam comprando dólar para pagar os seus empréstimos. Agora muitas empresas nacionais já estão conseguindo acessar o mercado internacional de novo. Entra dólar. Isso não é negativo. Não vamos proibir a empresa nacional de tomar dinheiro no exterior para investir. Seria um contrassenso.

Esses são os grandes volumes, além de investimentos em bolsa de valores, que é outra forma de financiar a empresa brasileira. Pelas nossas avaliações, num primeiro momento do fluxo das últimas semanas, etc., existe uma grande predominância de entrada em bolsa, e empréstimos, empresas brasileiras voltando a acessar o mercado externo, e também investimentos estrangeiros diretos sob diversas formas. Empresas que estão no processo de investimento tinham diminuído, a empresa que está construindo uma nova unidade diminuiu o ritmo e agora o retomou. Tudo isso envolve fluxo de capital.

Portanto, retomada do preços das *commodities*, como mencionei, existe muita correlação entre o valor da moeda de países produtores de *commodities* e o preço da *commodity*. Então, tentativas de manipular esse preço por parte de autoridades monetárias e cambiais não têm sido bem-sucedidas no mundo.

Em relação à sua pergunta específica, da quarentena, essa não tem sido uma experiência muito bem-sucedida. Alguns países fizeram isso, isso gera muita distorção, e muitos outros caminhos, porque os mercados financeiros são muito sofisticados. Então, se se bloqueia aqui simplesmente se complica o processo, mas, na realidade, o Brasil já usou o mecanismo de imposto, que é, esse sim, um mecanismo direto, o IOF, no correr de 2008, e retirou durante a crise. Não é o caso agora. Evidentemente, se em algum momento for necessário, pode ser um recurso. Mas não é o adequado no momento. Mas, se for necessário, é o tipo de instrumento que se pode usar especificamente em relação ao mercado financeiro. Não estou dizendo que vai ser feito ou que deveria ser feito, nada disso. O que estou dizendo é que qualquer questão em relação a investimento financeiro deve se dar de forma direta. Agora, por que digo que não é o momento? Porque não está configurado esse quadro, não existe hoje, no momento, um grande influxo para esse mercado especificamente. A grande entrada de capitais, até o momento, se dá, por exemplo, para todas essas finalidades que mencionei.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Srs. Parlamentares, ilustre palestrante, objetivando dar maior dinâmica aos nossos trabalhos, quero sugerir a V.Exa., Presidente, que faça a anotação das perguntas, como costumeiramente faz, uma vez que passarei a palavra a grupos de Deputados para que façam suas perguntas e V.Exa. possa respondê-las em bloco.

Com a palavra o nobre Deputado Luiz Carlos Hauly, Segundo Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, que aqui representa o Presidente.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, indago de V.Exa. se depois das palavras do Deputado Luiz Carlos Hauly pode nos anunciar quem são os outros inscritos, para que já possamos nos preparar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Sim.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - E serão quais? Em números de quantos no bloco?

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Em seguida ao Deputado Luiz Carlos Hauly farão uso da palavra os Deputados Duarte Nogueira, Vanderlei Macris, Júlio Cesar e Alfredo Kaefer.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, Senador Almeida Lima; ilustres Congressistas; Sr. Ministro Henrique Meirelles, toda a equipe da Diretoria do Banco Central, este é um momento importante e democrático que esta Casa obteve com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com essa presença ilustre nesta Casa 2, 3, 4 vezes por ano, que faz com que realmente o processo de gestão do Banco Central, do Governo Federal, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento seja democratizado e transmitido a toda a população. Sinto-me feliz de ter colaborado para essa importante conquista democrática. Democracia não é só a conquista da estabilidade política, é fundamentalmente [MSOffice16]a conquista da estabilidade econômica, mantida pelo Banco Central e pela política administrada por V.Exa., que tão bem conduz os interesses da nossa moeda, o Real — aliás, são 15 anos e alguns meses de Plano Real e, daqui a 1 mês, 15 anos também da nova moeda. Foi uma conquista da democracia, uma conquista nacional, do povo brasileiro. Através dos Governos, mesmo nos últimos 6 anos e quase meio, com um Governo que era de oposição, à época, mantém-se a estabilidade, e nos unimos nesse ponto da conquista maior. Queremos o ajuste e desejamos a estabilidade.

Nós Congressistas nos deparamos sempre com problemas sobre os quais V.Exa., os outros Ministros e a área técnica se debruçam: números, dados técnicos e análises. O desejo, não só dos Parlamentares, mas de cada cidadão que representamos aqui, é o de que a taxa de juros seja menor, há muito tempo. Sempre tivemos o sentimento de que nós brasileiros sempre pagamos muito mais do que os outros países para ter estabilidade econômica. Com isso sangramos a economia, porque os recursos públicos vêm das camadas mais pobres da população. O Brasil é um País em que os ricos pagam menos impostos que os pobres. A carga tributária sobre o consumo é de 58%, e a renda é de 21% da arrecadação total.

Essa é exatamente a diferença: tiramos mais dos mais pobres e devolvemos menos para eles. Deparamo-nos com uma taxa de juros que na cadeia sucessiva, quando chega ao crédito direto ao consumidor, lá embaixo, coitados dos nossos compatriotas que dependem de financiar uma geladeira, um fogão ou qualquer eletrodoméstico. Realmente, ao passar por esse processo todo, e agora uma crise econômica mundial — que não é brasileira, veio de fora —, deparamo-nos com um momento de instabilidade econômica. Mas poderíamos estar iguais à China, Sr. Ministro? Há algumas contradições. Vejo o seguinte: se a China tivesse os sistemas tributário, trabalhista, previdenciário e de governo democrático brasileiro, por certo não teria nem metade do crescimento que o Brasil tem. É uma comparação de desiguais. O gigante China convive com a pobreza extrema nas regiões não-capitalistas, com uma região capitalista de grande prosperidade. Eles se dão ao luxo de, quando um trabalhador corta um dedo, trocá-lo por outro. Ou seja, ele é mandado de volta para a aldeia e é substituído por um inteirinho, novo, intacto.

Analisando as contas do Governo, do Tesouro, comparando-as com o resultado de V.Exa., o Tesouro aumentou a sua participação relativa na dívida em 2 pontos percentuais, enquanto todo o setor público diminuiu, como está aqui exposto no gráfico que V.Exa. apresentou.

Sobre a questão do câmbio, que nos provocou agonia durante anos, porque o Brasil é um país exportador de produtos *in natura* e semielaborados, o campo brasileiro e populações interioranas pagaram essa conta do ajuste fiscal dos últimos anos, que ficou empobrecido, porque o real era muito forte e o dólar desvalorizado. Agora ficamos agoniados de novo porque ele recua novamente. O que vai acontecer com o câmbio e o futuro do nosso País, com o interior do Brasil, que produz, gera empregos, que tem saldo de exportação, que contribui com a balança positivamente?

Quanto à Bolsa, vemos com alegria que ela volta com todo vigor.

Quanto ao ajuste fiscal, vemos um crescimento preocupante das despesas públicas. Eu disse hoje de manhã, na Comissão Geral da Crise, que se tivéssemos chegado a um ponto de crise econômica absoluta, o Brasil teria que fazer um



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pacto de Moncloa, um pacto envolvendo[MSOffice17] os entes federados, os trabalhadores, os empresários, a sociedade e o Governo. Uma coisa que não temos, Sr. Ministro, é capacidade de investimento, porque não temos poupança no setor público. Toda a nossa poupança é gasta com o pagamento de juros.

Diante dessa constatação, em nome da Comissão de Finanças, devo dizer a V.Exa. de outra preocupação adicional, que é a caderneta de poupança. Se os juros reais estão caindo para 5,2%, se se deduzir a inflação da remuneração da poupança, a caderneta de poupança não terá 1,5% de remuneração ao ano. Então realmente nos preocupamos muito com tudo isso que V.Exa. nos diz.

Acredito que tenha dado a contribuição da Comissão de Finanças.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Duarte Nogueira, que disporá de 5 minutos, improrrogáveis, para fazer suas perguntas.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Obrigado, Sr. Presidente, Senador Almeida Lima; Sras. e Srs. Parlamentares; Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, à medida que somos antecidos por outros questionadores, parte das perguntas que faríamos acaba sendo antecipada.

Para que eu possa ser bastante objetivo, Dr. Henrique Meirelles, a meta alvissareira, ideal para o desenvolvimento dos países no mundo sempre é buscar, a médio e a longo prazos, uma taxa de crescimento da ordem de 5%, dependendo da população, das condições econômicas e sociais. Mas ela sempre acaba sendo nessa faixa. Para isso, sabemos que é necessário que haja taxas de investimento, formação bruta de capital fixo na faixa de 25%.

O Brasil tem, nos últimos 3 anos, 2005/2007, operado numa média, segundo dados oficiais, de 16,6%. No ano passado, chegou a 19%. Portanto, um tanto aquém dos 25%. A todos esses ingredientes que hoje nós temos, ou seja, baixa taxa de investimento, baixa formação bruta de capital fixo, baixo crescimento, alta taxa de juros, apesar das quedas sucessivas na Taxa SELIC, a 10,25%, que, inclusive, passa a desencadear outros problemas, como é o caso da remuneração da caderneta de poupança, outro tema bastante impopular para qualquer tomador de decisão em Governo ter que operar, além da alta taxa de juros, o problema cambial, mencionado anteriormente, e que hoje foi apontado de maneira bem didática na Comissão Geral, ou seja, tivemos redução do valor nominal das nossas exportações. Exportava-se algum produto a 3.000 dólares a tonelada. Hoje isso baixou para 2.000. O dólar estava a R\$1,60, agora está a R\$2,00. Mesmo sendo interessante aquela remuneração, a média de perda de renda, de perda de valor real desse exportador foi da ordem de 20%. Ou seja, além da diminuição do faturamento em dólar, a questão cambial diminuiu o faturamento em real, tirando a competitividade dos nossos exportadores, sabendo-se que, regra geral, apesar de termos um excelente mercado interno, que é o grande motor da nossa economia, a cada bilhão que aumentamos em nossas exportações são garantidos mais de 60.000 empregos.

Posto isso, eu gostaria de fazer uma indagação a V.Exa., um pouco baseado na sua afirmação, na semana passada, de que a questão do desemprego é preocupante. É preocupante porque estamos retrocedendo 2 anos. A cada 1% de crescimento que deixamos de ter, deixamos de gerar 0,44% de empregos, o que representa centenas de milhares de postos de trabalho.

Não [MSOffice18]estamos fazendo uma política de juros, uma política tributária, uma política cambial inadequada para esse momento?

Apesar da pergunta, louvo as medidas que foram tomadas até aqui, algumas até contrárias ao desejo do próprio Presidente e de alguns Ministros que subestimaram a crise, e reconheço que parte do Governo mais responsável e menos demagógica ou populista soube trabalhar em nome do País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - V.Exa. tem mais 30 segundos.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Vou concluir, Sr. Presidente.

O atual Governo reclama muito de seus antecessores, diz que não teria como consertar nesses 6 anos o que estragaram em 4 séculos. Mas, fazendo uma análise de curto prazo, tenho certeza de que o Presidente Itamar Franco entregou a seu sucessor um Brasil melhor que o recebido do antecessor; bem assim o Presidente Fernando Henrique, e espero que o mesmo ocorra com o Presidente Lula.

Mas é importante que, de maneira democrática, possamos ouvir o Presidente do Banco Central para que possamos — quem sabe? — oferecer o outro lado e até conformar com os caminhos que eventualmente estão sendo seguidos neste instante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Meu caro Presidente, Senador Almeida Lima; Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, vou fazer-lhe algumas questões muito objetivas. Peço que as anote, se puder.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Como o crescimento de gastos públicos interfere no crescimento do País e qual a atitude do Banco Central em relação a esse fato, especialmente relacionado ao aumento de crédito com o advento dessa crise mundial? Peço uma consideração de V.Exa. sobre isso.

Outra pergunta relaciona-se diretamente ao gráfico de nº 33, apresentado aqui por V.Exa., quando fala de concessões de crédito e vendas de veículos, especialmente. Existe um índice, estabelecido em 2003, de número 100. Todos os dados até agora apresentados por V.Exa. consideram o crescimento da venda de veículos até março deste ano. Mas esse gráfico mostra uma queda acentuada já no mês de abril. Isso é uma tendência, caindo de 220 para quase 180? Isso foi, Dr. Henrique Meirelles, apenas uma bolha ou uma antecipação de compra de parte da população, instigada pelo Governo com a queda do IPI?

Outra questão é o fenômeno mundial de desvalorização do dólar. Esse processo vai continuar ou, na sua opinião, ele se estabiliza a partir de agora? É muito importante, para o País se preparar, termos informações sobre a continuidade ou não da queda do dólar, motivo de preocupação, principalmente, dos exportadores brasileiros.

Outra questão, Dr. Henrique Meirelles: temos visto a volta do fluxo de dólar para o Brasil em decorrência desse diferencial da nossa taxa de juros, que ainda permanece alta frente às das demais economias globais. Esse fenômeno atrai muito o capital especulativo, como já foi citado aqui, já que a remuneração do capital lá fora é bem menor do que aqui. Mas, diante da retomada da economia, principalmente a economia americana, nós podemos ver a saída desses recursos, o que prejudicaria muito a capacidade produtiva do nosso parque industrial. Acreditamos, inclusive, que o Brasil perdeu o *timing* de baixar mais fortemente os juros nesse período. Qual é a consideração de V.Exa. em relação a esse ponto?

A [P19]última questão, Sr. Presidente, é a seguinte: a Medida Provisória nº 435, de 2008, transformada na Lei nº 11.803, segregou o resultado das operações cambiais do resultado geral do Banco Central. Em nosso entendimento, isso ocorreu na direção contrário do que estabelece o art. 7º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina claramente a apuração dos resultados do Banco Central, bem como os prazos para pagamento do resultado positivo e a necessidade de consignação da dotação específica para cobertura do resultado negativo pelo Tesouro Nacional.

Em junho, conforme V.Exa. discorreu longamente nesta audiência pública, o Banco Central apresentava prejuízos bilionários, diante da crescente valorização do real.

Para concluir, Sr. Presidente, digo que tudo mudou no segundo semestre. Se a metodologia antiga prevalecesse, o resultado seria extremamente positivo.

A reversão desse cenário econômico não mostrou que a mudança foi precipitada? Essa é a questão que gostaríamos de apresentar a V.Exa., principalmente considerando... na verdade, prejudicando inclusive as séries históricas, com a possibilidade de se fazer comparação.

V.Exa. discorreu muito sobre isso e disse, ao longo de sua exposição, que falaria sobre esse tema, levando em conta o fato de não se ter essa nova modalidade de apresentação desses gráficos.

Portanto, eram essas as questões que eu queria colocar a V.Exa.

Agradeço a V.Exa. a presença no Congresso Nacional e as explicações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente; Srs. Presidentes das Comissões; Sr. Presidente e Diretores do Banco Central; Sras. e Srs. Deputados, quando observo os números do Brasil, às vezes me empolgo e às vezes me entristeço. Uma coisa que mais inibe minha alegria é o *spread* bancário.

Tenho aqui uma avaliação, feita nos 12 meses do ano passado, de 87 países. O Brasil tem o mais alto *spread* bancário. E estive comparando-o com países mais pobres: Serra Leoa, Cabo Verde, Uruguai — neste país, nosso vizinho, o *spread* é 2,49%, contra 34,8%.

Eu estava preocupado, mas a partir de hoje estou alegre, porque foi apresentado nesta Casa um projeto de autoria de três membros importantes do PT — e tenho impressão de que o projeto tem o respaldo de V.Exa.: o Presidente do Partido, o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e o ex-Presidente da Comissão de Finanças, que está presente, o Deputado Pedro Eugênio. O projeto prevê uma rápida queda do *spread* bancário. Não vou lê-lo, porque só tenho cinco minutos e está havendo votação nominal no plenário.

Pergunto a V.Exa. se há alguma sinalização positiva do Banco Central, uma vez que quem subscreveu o projeto entende do assunto. São pessoas importantíssimas do Governo, inclusive um deles é Presidente do partido do Governo.

Faço outra pergunta: qual é a avaliação de V.Exa. sobre o crescimento da nossa economia? Está havendo uma divergência muito grande do Presidente do Banco Central, do Ministro da Fazenda, do Ministro do Planejamento, do IPEA: um, zero, meio! Qual é a previsão de V.Exa. para o crescimento do PIB do nosso País?

Sr. Presidente, instalamos hoje, na Comissão de Finanças, a Subcomissão sobre o Sistema Financeiro. Uma das nossas preocupações refere-se ao lugar onde estão nossas reservas. V.Exa. disse que era o lugar mais seguro do mundo,



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mas, se tirar os Estados Unidos, quebra. Dos 205 bilhões, 145 bilhões estão lá, a não ser que tenham diminuído. Há um mês V.Exa. falou isso. A [P20]China tem quase 1 trilhão. Pergunto a V.Exa.: se o Brasil e a China resolverem tirar, eles têm como devolver esse dinheiro? Tomei conhecimento de que a remuneração lá é 3,75%, quando o *spread* bancário dos Estados Unidos é 3,12%. Por que o país mais rico do mundo opera uma remuneração tão pequena, um *spread* de 3,12%?

Era somente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Cumprimento o Senador Almeida Lima, o nosso companheiro Sílvio, o Presidente do Banco Central e os demais integrantes do Banco.

Já disse aqui, alguma vez, que temos o Triângulo das Bermudas que afunda a economia: juro, imposto e câmbio. Dentro dessa abertura, farei algumas considerações e deixarei algumas perguntas.

Em algum momento, ou por muito tempo, a taxa SELIC era usada com o argumento de que não poderia ser reduzida, porque era um forte instrumento para segurar a inflação, preços e política monetária. Era pressão inflacionária. Em algum momento da crise, os preços caíram, a demanda reduziu e não tínhamos a pressão inflacionária. Observamos, no meu entender e no de muitos economistas, que o Banco Central foi extremamente acanhado em reduzir, com mais velocidade, a taxa SELIC. Por que não aproveitamos o momento da economia com restrição e baixamos drasticamente a taxa SELIC?

Há outra questão: logo no início da crise, o Banco Central reduziu volumes consideráveis de compulsório. Pergunto: por que esse depósito compulsório não foi indexado à irrigação de crédito por parte do sistema financeiro? Ou seja, o depósito compulsório foi liberado, deu meia-volta, os bancos acertaram um pouco sua situação de liquidez, mas grande parte desse dinheiro voltou ao Banco Central sob forma de compra de títulos. Então, não teria que ser concomitante: eu libero um pouco de compulsório, faço os bancos levarem mais crédito, movimento a economia, e assim por diante?

Quanto à questão câmbio — e alguns países fizeram isto —, considero que a função principal do Banco Central é estabilizar a moeda. Ele tem de honrar pela estabilização da moeda. Isso significa não só a estabilização da moeda internamente, o nosso real, mas a relação dela com outras moedas. É impossível o setor produtivo exportador fazer qualquer planejamento com uma variação cambial desse tipo.

Nós, em algum momento, perdemos o bonde, perdemos os melhores momentos da economia mundial, que estava bombando. Não aumentamos as exportações, não criamos novos mercados, porque a taxa cambial estava horrível e não nos permitiu fazer isso. Podíamos ter feito superávites cambiais enormes, se não tivéssemos tido câmbio a 1,60 ou a 1,70, e até a 1,53 em determinado momento.

Por que a tese do câmbio flutuante tem de ter essa forma rígida? Por que não criar, como alguns países, um “colchão” para evitar que esse dólar de especulação entre aqui, dê uma mordidinha e vá embora?

E há duas últimas questões: que mecanismo poderíamos adotar para usar esse volume expressivo de reservas que temos e fazer com que ele movimente a nossa economia, via nossas exportações? Qual mecanismo poderíamos usar? Ceder para algum banco financiar os nossos importadores para não trazer dólar para dentro do País, ou algo nesse sentido?

Quanto ao último título, pergunto: por que há necessidade de toda a nossa sobra de dinheiro do sistema financeiro ser usada para comprar título público? Tudo que tem de sobra no dia, o Banco Central vende título público, em vez de fazer leilões periodicamente. Isso certamente criaria mecanismos de redução de taxa de juro e principalmente de *spread*.

São essas as questões que estou levantando para serem debatidas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Em primeiro lugar, abordarei as questões levantadas pelo Deputado Luiz Carlos Hauly, que foram também levantadas por outros Parlamentares. Foram questões relacionadas ao câmbio, questões relacionadas ao desemprego, questões relacionadas à despesa pública. Algumas questões endereçadas pelo Deputado Duarte Nogueira referiram-se principalmente ao câmbio, que foi recorrente também em diversas outras perguntas. O Deputado Vanderlei Macris também mencionou a questão do crescimento dos gastos públicos, além de outras questões específicas sobre veículos, diferencial da taxa de juros, etc.

Primeiramente, vou abordar a questão referente a câmbio e a taxa de juros no passado recente do Brasil, até a crise e, depois, no pós-crise.

Em primeiro lugar, é importante mencionar que o Banco Central tem um grande instrumento de trabalho, que é a fixação da taxa de juros base, a taxa de juros de um dia. Portanto, ele tem um instrumento. A experiência internacional,



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

empírica e teórica, mostra que um instrumento pode ter dois objetivos muitas vezes contraditórios. É aquilo que mencionei em um pronunciamento que fiz recentemente sobre objetivos cambiantes: uma hora objetivo interno; outra hora, externo. Normalmente, isso é um tipo de estratégia malsucedida. Temos que olhar o equilíbrio interno do País como um todo e a capacidade de produção e de consumo do País como um todo. Não podemos ficar olhando setores específicos, cada hora um, porque isso leva a uma inconsistência macroeconômica.

(Segue-se exibição de imagens.)

Se olharmos como estava o Brasil no ano passado — e foi mencionada aqui uma grande preocupação com alguns setores, etc. —, podemos ter a impressão de que a situação do País no ano passado foi dramática, muito ruim. Estou falando do ano todo. Não é o que mostram os números. Se olharmos as projeções, vamos ver que, até o final do terceiro trimestre, a demanda doméstica crescia 9,3% ao ano; as vendas do varejo, mais de 10% ao ano; a massa salarial real, 7% ao ano, o que significa que era uma política econômica que estava gerando riqueza e renda para a população como um todo, não apenas para um ou outro segmento. E este é o objetivo básico da política econômica: criar emprego, criar renda, produção e consumo, para o País como um todo, não para segmentos específicos da sociedade. A produção crescia 6,8%. Esse é, portanto, é um dado que precisa ser levado em conta. Esse equilíbrio macroeconômico que existia no Brasil estava gerando esse tipo de crescimento, com o investimento crescendo quase 20%.

Muito bem, vamos falar agora especificamente sobre câmbio, sobre como funcionou o câmbio no Brasil. Se olharmos a trajetória do câmbio frente ao dólar americano, por exemplo, com base em julho de 2008 — e vamos ver diversas moedas —, vamos ver, em verde, a trajetória do câmbio dos países exportadores de *commodities*, basicamente Brasil, Nova Zelândia e Austrália. E vamos dizer que eles têm uma variação muito parecida, o que significa que a possibilidade de governos manipularem essa taxa não é normalmente bem-sucedida. Por quê? Porque são países grandes exportadores de *commodities*. À medida que o preço das *commodities* sobe, por exemplo, aumenta o valor das exportações em dólares; e, quando o preço das *commodities* cai, cai o valor das exportações. Portanto, existe uma correlação grande entre o valor dessas moedas e o valor do preço das *commodities*, o que é mostrado nessa correlação.

Aqui vamos ver exatamente como varia o preço das *commodities* mundiais e como varia o preço do real frente ao dólar. Temos uma variação bastante correlacionada.

A questão que se coloca é esta: *“Muito bem, então o Governo deveria, de alguma forma, intervir nesse processo, o que significaria fixar uma meta de câmbio.”* A experiência mostra que não podemos ter um equilíbrio macroeconômico doméstico e um equilíbrio macroeconômico externo ao mesmo tempo. Isso quer dizer que, a uma dada taxa de câmbio, a taxa de juros que faz o equilíbrio doméstico não será necessariamente a taxa de juros que vai fazer o equilíbrio externo. O que assegura o equilíbrio externo é a taxa de câmbio. Se fixarmos a taxa de câmbio, porque temos uma meta, a tendência é termos um desequilíbrio doméstico.

Isso aconteceu no Brasil no passado. Se lembrarmos da crise de 1997, veremos que, para fazer face a um desequilíbrio externo, tivemos que subir a SELIC para 43% — nós nos esquecemos disso —; em 1999, para 45%; e, em 2002, para 25%. Hoje, com essa crise, o Brasil foi capaz de baixar a taxa de juros, ao contrário do que ocorreu no passado.

Imaginem que tivéssemos uma taxa de câmbio como meta e estivéssemos variando a taxa de juros para poder equilibrar a taxa de câmbio. Para onde teria ido a SELIC em dezembro, quando o câmbio aproximou-se de 2,50? Imaginem as consequências para o País.

O que quero dizer é o seguinte: esse sistema de metas de inflação e objetivo do Banco Central do equilíbrio doméstico e, ao mesmo tempo, uma taxa de câmbio flutuante, preservando o equilíbrio externo... E os resultados são extremamente favoráveis, inclusive na área externa, tanto que acumulamos 205 bilhões de dólares de reserva; tanto que tivemos, portanto, saldos positivos, ao contrário do que ocorreu no passado, quando tínhamos câmbio fixado ou controlado, ou outros países com câmbio controlado. Portanto, é o equilíbrio macroeconômico que tem funcionado bastante bem no Brasil.

Vamos agora para as perguntas mais específicas em relação a essa questão.

Em relação ao crescimento dos gastos públicos, há a pergunta do Deputado Vanderlei Macris. O crescimento dos gastos públicos é uma decisão macroeconômica, do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, etc., por meio das aprovações do orçamento. O que o Banco Central olha com muita atenção é a evolução da relação dívida/produto, porque isso significa a necessidade de financiamento do setor público brasileiro, e isso, sim, tem impactos do ponto de vista do Banco Central. E a relação dívida/produto está caindo, por toda essa série de fatores que mencionamos.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A questão do gasto público em si é uma decisão soberana do Congresso, desta Casa e do Senado, e do Executivo. Não compete ao Banco Central determinar. S.Exas. têm prerrogativa de decidir, em última análise, como representantes da população.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Nem sempre é uma decisão da Minoria, Presidente.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Não me cabe entrar nessa... Se eu estivesse aqui, Deputado, certamente eu estaria opinando a esse respeito. Mas não o faço neste momento.

Em relação ao crédito de veículos, temos a seguinte situação: a produção de março foi 273.498 veículos, e a produção de abril foi 254.732 veículos. Não há dúvida de que uma parte de março foi a antecipação de compra em função da expectativa de que pudesse não ser prorrogada a isenção do IPI. Isso é verdade, mas uma parte apenas. Se compararmos abril com os meses anteriores, vamos verificar que houve um crescimento expressivo. E foi o segundo melhor abril da história da produção. Se olharmos vendas, abril foi 239.674. De fato, março foi bem superior, 283 mil. De novo o IPI, que foi de fato antecipação de compra. Mas, de novo, 239.674 foi o segundo melhor abril da história também — e, segundo, muito melhor do que os meses anteriores. Isso significa que há, sim, uma tendência de recuperação na margem, mas evidentemente houve uma parcela de antecipação. As duas coisas são verdadeiras.

Em relação ao diferencial da taxa de juros, como já mencionei para V.Exas., os números mostram que até agora a grande entrada de capital recente está se dando, em primeiro lugar, pela retomada do crédito externo por parte das empresas. Elas estavam tendo dificuldade de tomar, e voltaram ao mercado internacional. Em segundo lugar, pelo aumento dos investimentos de portfólios, isto é, de investimentos nas bolsas de valores; e também pelo aumento do investimento estrangeiro direto, ou mesmo por repatriação de capital de empresas brasileiras, de suas subsidiárias no exterior, para investir no Brasil. Portanto, isso não é resultado de diferencial de taxa de juros.

Como eu disse, quando houve esse problema no passado, foram adotadas medidas especificamente para isso. É muito importante, de novo, que a taxa de juros não seja usada para atender finalidades específicas e cambiantes. A taxa de juros tem que ser utilizada para manter o equilíbrio interno do País, o que tem sido feito com muito sucesso até agora.

Vou mais uma vez mostrar o gráfico do ano passado. Houve uma queda no último trimestre, que foi resultado do impacto da crise mundial no Brasil, mas as expectativas para o futuro para o País são favoráveis.

Em relação ao *timing* para baixar a taxa de juros, eu gostaria de lembrar aquela projeção que fiz com a evolução da taxa de juros real no Brasil. Vamos verificar que a taxa de juros real e a taxa de juros nominal do Brasil têm uma trajetória cadente. De novo, se olharmos esse gráfico, essa transparência que aqui está projetada, vamos verificar que o País estava crescendo muito, com o patamar da taxa de juros que prevalecia no passado, de um lado. E de outro lado ele está caindo durante os últimos anos.

Então, temos a seguinte situação, para simplificar uma questão complexa: quando assumimos, a SELIC, a taxa de juros, era 25%. Chegou a 26,5%. E ela hoje está num patamar de taxa base que é a mais baixa da história. As taxas de juros nominais do mercado são as mais baixas da série histórica, e as taxas de juros reais também.

De novo, essas decisões que foram tomadas visaram, na nossa avaliação, assegurar a consistência macroeconômica não só presente mas também futura. Levamos em conta, Excelência, que o equilíbrio macroeconômico do ponto de vista do Banco Central tem que ser olhado sempre numa visão prospectiva, não olhando para trás ou para o presente. Existe um processo de defasagem importante. O Banco Central tem que trabalhar com projeções. Levando-se em conta todos esses fatores, o Banco Central tem assegurado a consistência macroeconômica do Brasil e assegurado que as perspectivas do País sejam as melhores possíveis.

Não cabe muito falar em oportunidade para baixar ou subir. Se existirem condições, as taxas caem. Se existirem condições, o Banco Central baixa as taxas de juros. Se existirem necessidades, sobe. Não existe isto: se cortou ali, não pode cortar mais. Não é assim! Ou existem condições de corte, ou não existem. Ou existe necessidade de subir, ou não existe. Esse é um processo dinâmico que vai sendo analisado pelo Banco Central a cada reunião.

Voltando ao ponto, é o mínimo histórico. Não há condições de se avaliar, no momento, até que ponto isso é conjuntural e até que ponto isso é estrutural. Possivelmente existe uma conjugação dos dois fatores, se virmos a curva. Se olharmos a taxa de juros de mercado agora, por exemplo, vamos verificar que existe uma tendência de queda estrutural. De outro lado, há uma queda conjuntural. Vamos ver como esses dois fatores vão conjugar-se à frente.

Em relação à Lei nº 11.803, V.Exa. pergunta se a mudança foi precipitada. Pelo que entendi da pergunta de V.Exa., o que poderia justificar...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Isso poderia dificultar a comparação da série histórica. Essa foi a preocupação que tive.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Pois não, Deputado. A mudança foi exatamente para facilitar a análise. Explicarei a V.Exa. por quê. Quando avaliamos a série histórica, no passado não existiam essas reservas tão altas.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A entrada das variações dos resultados das reservas, que é um dado novo no balanço do Banco Central, é que dificultava a análise histórica. Então, na medida em que retiramos os resultados da reserva — o que não é, digamos assim, uma operação clássica do Banco Central, operação no mercado aberto, etc. —, temos condições de visualizar a série histórica com as operações clássicas do Banco Central.

E os dados das reservas continuam disponíveis. Mostrei isso hoje. Comentei os resultados das reservas. Mostrei o resultado das reservas, mostrei o resultado do *swap*, e comparado também com o ano passado.

Alguém poderia dizer: “Logo que foi modificado, as reservas deram um lucro de 171 bilhões mais *swap* no segundo semestre. Então, não deveria ter modificado.” Não, a razão da modificação não é lucro ou prejuízo. A razão da modificação é exatamente dar uma consistência histórica e maior transparência ao resultado do Banco Central. Os resultados do Banco Central são mostrados sem a variação das reservas. E a variação das reservas também é analisada comparada com sua própria série histórica. Então, acho que o movimento foi adequado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - V.Exa. me permite levantar apenas uma questão? V.Exa. não acha que isso contrariou a Lei de Responsabilidade Fiscal? Houve um estudo por parte do Banco Central para identificar se essa mudança de metodologia não contraria o art. 7º da Lei de Responsabilidade Fiscal?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - A avaliação da Procuradoria do Banco Central é que está de acordo com a lei, não só com a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque o resultado do Banco Central é transferido para o Tesouro, de acordo com a lei, de qualquer maneira, independentemente de transitar ou não pelo Lucros e Perdas. A questão é só quando transferir para o Tesouro. A lei determina que seja transferido, e o resultado é transferido na data determinada pela lei. O que acontece, de acordo com a Lei nº 11.803, é que os resultados vão sendo contabilizados em contas a receber ou a pagar do Tesouro; e, na data determinada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, são transferidos nos termos da lei. Então, as duas leis são seguidas rigorosamente: a Lei de Responsabilidade Fiscal e certamente a Lei nº 11.803.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Obrigado.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Pois não.

O Deputado Júlio Cesar pergunta em relação ao *spread* bancário. S.Exa. confessa sua tristeza quando vê o tamanho do *spread* bancário no Brasil, comparado com o de outros países, etc.

Isso tem sido de fato uma preocupação, Deputado, inclusive deste Banco Central. O aumento do *spread* bancário no Brasil, nos últimos anos, no último ano principalmente, tem sido motivo de preocupação do Banco Central, que expressou isso publicamente várias e repetidas vezes.

Foram tomadas diversas medidas no sentido de aumentar a competitividade e a liquidez do sistema. Por exemplo, mencionamos aqui não só a questão dos compulsórios, os empréstimos de reservas, etc., mas também a restauração da competitividade dos bancos pequenos e médios, que são importantes para baixar o *spread* bancário. E é muito importante o aumento da competitividade dos bancos públicos.

V.Exas. têm de levar em conta um aspecto muito importante: o Brasil tem grande percentual do seu crédito concedido por bancos públicos. Os bancos públicos representam, se levamos em conta o crédito direcionado também, como o do BNDES, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e agora também da Nossa Caixa, do Banco Nordeste, do Banco da Amazônia, dos bancos regionais e estaduais, quase 50% do crédito. Portanto, o papel do banco público nesse processo é muito importante. Existe um movimento da maior importância, anunciado pelo Banco do Brasil nos últimos dias, de queda dos *spreads* e do aumento de volume de crédito.

Em resumo, o caminho é exatamente o aumento da competitividade. O Estado brasileiro tem condições de intervir nesse processo por meio dos bancos públicos, o que, em situações de disfunção de mercado, como aconteceu na crise, é legítimo. No mundo inteiro, está-se mostrando exatamente a ação contracíclica do Estado, evidentemente desde que feita com critérios prudenciais adequados, julgamento de crédito adequado, profissionalismo, etc. E o Banco Central obviamente olha rigorosamente para que os bancos públicos mantenham a saúde da instituição e não gerem prejuízos ao esqueleto, etc., como já ocorreu em outras ocasiões, a fim de que mantenham um sistema de crédito bem feito, rigoroso, adequado a qualquer instituição financeira. Mas o fato concreto é que o fator contracíclico é muito importante.

Diversas medidas estão sendo tomadas e certamente a ação de competição por parte dos bancos pequenos e médios e por parte dos bancos públicos é fundamental para uma queda gradual dos *spreads* no Brasil.

Em relação ao projeto de lei em análise por esta Casa, como sempre eu me abstenho de comentar qualquer coisa que seja prerrogativa de V.Exas., pois é questão legal. É prerrogativa da Casa tomar decisões desse tipo; não é prerrogativa do Banco Central.

A outra pergunta feita pelo Deputado Júlio Cesar refere-se a divergências de projeção do PIB; qual é a previsão.

Deputado, isso é um problema que está acontecendo no mundo inteiro. Como a crise é global e os impactos vêm de fora, é muito difícil prever. A dispersão de previsões é muito grande como um todo.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - São as três principais autoridades do Sistema Monetário Nacional: o Presidente do Banco Central, o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento, todos pertencentes ao mesmo Governo.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Deputado, não existe uma divergência tão grande. O que existe muitas vezes são momentos diferentes. Por exemplo: o Banco Central divulga a sua previsão a cada trimestre. A última previsão divulgada pelo Banco Central foi a de março; a próxima vai ser no final de junho. Nós não temos uma previsão hoje. O Banco Central tem determinada metodologia de trabalho. Como outras instituições, divulga-se regularmente. Portanto, nós não temos a previsão do Banco Central hoje. Existe uma previsão de 1% do Ministério do Planejamento. O Banco Central vai divulgar a sua e vamos ver qual é, no final de junho; a de março foi 1,2%.

Onde estão as reservas? Como V.Exa. mencionou, as reservas estão fundamentalmente aplicadas em títulos de países ou governos europeus ou americano. De fato, o valor superior a 100 bilhões de dólares está aplicado em títulos do Governo americano, como os chineses também. Deputado, apesar de a taxa de juros ter sido de fato baixa nesse período, e continuar baixa, essa foi uma aplicação muito bem-sucedida do ponto de vista financeiro. Essa é uma das razões pelas quais nós gastamos 14,5 bilhões de dólares das reservas com vendas do mercado à vista. O Banco Central vendeu 14,5 bilhões de dólares e comprou um pouco mais de dois, e as reservas continuaram em 205 bilhões.

Uma das razões é que as reservas ganharam valor. Nós não podemos olhar apenas a taxa de juros, mas também o valor dos papéis. O fato é que o valor desses papéis subiu. Portanto, foi uma boa aplicação da reserva. Nesse aspecto, o Deputado não precisa se preocupar, porque as reservas foram muito bem aplicadas.

Os títulos do Tesouro americano têm liquidez bastante ampla, não só porque têm liquidez de mercado — apesar das questões do dólar, ainda é a grande moeda reserva: além do mais, o Federal Reserve Board está adotando uma política que eles chamam de facilitação à produção livre, uma facilitação quantitativa. É o *quantitative easing*. Na realidade, o Federal Reserve está comprando também títulos do Tesouro americano. Mas isso não é o mais importante. Títulos do Tesouro americano têm liquidez ampla e, portanto, não há essa preocupação. O que existe é uma preocupação estratégica de longo prazo, principalmente dos chineses, com o fato de existir apenas uma moeda reserva. Mas, basicamente, o fato é que as reservas estão aplicadas em títulos muito seguros, que têm grande valor. Portanto, a história da aplicação das reservas é muito favorável.

Deputado, V.Exa. pode imaginar o que seria, por exemplo, se tivéssemos buscado retorno mais elevado e aplicado em alguns dos grandes bancos internacionais que tiveram problema. V.Exa. não estaria possivelmente muito feliz com a administração das reservas brasileiras. Felizmente, as reservas brasileiras foram bem aplicadas, ganharam valor e estão em títulos muito sólidos.

Vou às perguntas do Deputado Alfredo Kaefer. Em primeiro lugar, eu já mencionei a questão da SELIC, do *timing*, etc.

“Por que não indexou o compulsório ao crédito?” Deputado, a movimentação toda do compulsório foi bastante bem-sucedida, na medida em que ela visou prover uma liquidez ao mercado em um momento importante. Portanto, ela visou assegurar um equilíbrio macroeconômico naquele momento. E ela foi muito bem-sucedida também na medida em que direcionou 41 bilhões de reais aos bancos pequenos e médios. Isso equilibrou de fato o sistema, na medida em que esse era o grande problema daquele momento; quer dizer, 40% do volume total foram direcionados para pequenos e médios. E agora, com o Fundo Garantidor de Créditos, tende a crescer a competitividade dos bancos pequenos e médios, etc. Isso é considerado exemplo de sucesso das administrações de crédito do mundo todo.

Em relação à meta de câmbio e de inflação, eu já respondi basicamente a essa pergunta do Deputado.

Outra pergunta muito importante do Deputado refere-se ao uso das reservas. Por que não estamos usando as reservas para beneficiar as exportações? Gostaria [P21]de falar a V.Exa. que estamos fazendo isso já: 24 bilhões de dólares; não há restrição de ofertas, Deputado. Oferecemos todos os recursos demandados pelas empresas exportadoras através dos bancos, isto é, anunciamos que atenderemos a toda a demanda, e estamos atendendo a toda a demanda. O Banco Central não restringe essa oferta.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Os bancos é que não têm apetite de emprestar.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - E, para isso, entre outras coisas, existe uma ação mais agressiva agora dos bancos públicos.

A última pergunta do Deputado é: por que o Banco Central faz a chamada “esterilização” do excesso de liquidez e por que o Banco Central toma recursos do mercado à taxa SELIC. Todo dia, exatamente.

Deputado, isso é a essência do regime. O que é a taxa SELIC? Ela é a meta de taxa base onde o Banco Central toma e empresta recursos todo dia. Se não fizer isso, não existe SELIC, e não precisa de COPOM também. Então, não é bom? Depende do que se considera bom. Era assim, no passado, no Brasil, na década de 80 foi assim; era o chamado Banco Central passivo.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Há jeito de, algum dia, sairmos disso?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Já saímos durante muitos anos, Deputado. Durante muitos anos. Foi uma época que havia no Brasil o fenômeno da hiperinflação. Durante toda a década de 80, não havia exatamente esse procedimento. Inclusive, chegamos mais longe, tínhamos até uma conta-movimento do Banco do Brasil de onde o Tesouro sacava livre, sem orçamento, quando a moeda não tinha controle. O resultado, normalmente, era inflação elevada, segundo a teoria e a experiência macroeconômicas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeidares Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Ricardo Barros.
(Pausa.)(Ausente.)

Com a palavra o nobre Deputado Rodrigo Rocha Loures.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROCHA LOURES - Senador Almeida Lima, nosso Presidente, Presidente Sílvio Torres, Presidente Henrique Meirelles, estou satisfeito com as informações, até porque, quando preciso examinar as informações do Banco Central, consulto o *site* e muito do que é necessário saber lá está. Portanto, recebo este documento que o Presidente Almeida Lima nos fornece relativo ao ano que passou como um documento acessório às informações de que dispomos, mas temos aqui as demonstrações contábeis da CAP-MG, que estava lendo enquanto ocorria a reunião.

Então, Presidente Meirelles, não quero falar do passado, mas, talvez, um pouco do futuro. A ideia seria examinar a abordagem pela seguinte questão. Haverá uma próxima reunião como esta daqui a alguns meses, vamos voltar a examinar números como estes; não sabemos exatamente o que vem pela frente e algumas informações são mais previsíveis que outras.

Tenho observado que quem acha estar bem informado sobre o que está acontecendo, talvez esteja profundamente enganado. Por conta disso, com humildade, tenho observado os eventos recentes, mas me parece que vamos bem. Queria ouvi-lo, Presidente, portanto, com relação ao futuro.

V.Exa. sabe que aqui temos 5 Comissões que hoje trabalham examinando as consequências da crise econômica; não perdemos mais tempo com diagnóstico. Hoje, houve uma Comissão Geral, com as presenças do Ministro Reis [P22]Veloso, do Dr. Jorge Gerdau, do Ministro Roberto Rodrigues e de diversas lideranças do País dando suas contribuições ao debate. Inclusive, V.Exa. já confirmou a presença, ao que agradeço, e voltará a esta Casa para debatermos especificamente esse tema.

Mas quero aproveitar certo espaço de tempo para debatermos sobre que tipo de áreas de colaboração pode haver entre Câmara e Banco Central e entre Senado e Banco Central, para que, na próxima reunião, se V.Exa. achar conveniente, iniciarmos algum tipo de processo colaborativo com vistas a algum trabalho comum que possa reforçar ainda mais a parceria que há hoje entre Governo, Legislativo e, por que não dizer, Judiciário, que, creio, também está fazendo aquilo que é importante para o Brasil.

Dessas áreas de colaboração, por exemplo, a questão do *spread*. Não gosto da palavra *spread*. Nada contra os americanos, mas prefiro a palavra "margem"; fica mais fácil para quem observa e acompanha a discussão. Entre os principais componentes do que chamo de "margem", e o mercado chama de *spread*, estão a inadimplência; o segundo me parece ser a carga fiscal, impostos componentes da operação; e naturalmente também a margem dos bancos ou o lucro da instituição financeira. São os 3 principais componentes.

Já estamos examinando quais os componentes dessa inadimplência. O que se entende por inadimplência — evidentemente é uma leitura técnica —, por trás da qual há um hábito, uma realidade econômica que o País apresenta. Portanto, talvez essa fosse uma área de colaboração.

Outra área de colaboração, Presidente, tem a ver com o novo momento. A sociedade brasileira terá de aprender a viver com juros menores, porque isso faz parte da maturidade econômica em que nos encontramos enquanto economia. Isso trouxe um debate muito acalorado, há 2 semanas, por conta da mudança ou da pretensa mudança que o Governo faria na caderneta de poupança ou na remuneração da caderneta de poupança. Também realizamos um intenso debate, que agora foi ao Senado, referente ao cadastro positivo.

Gostaria de ouvir, portanto, os comentários de V.Exa., primeiro, com relação às possíveis áreas de colaboração imediatas, quando podemos, trabalhando juntos, garantir que a próxima reunião será tão boa quanto esta. Segundo, se V.Exa. quiser comentar sobre a questão da caderneta de poupança e a do cadastro positivo. Em terceiro lugar, os chineses estão abrindo um banco em São Paulo; a autoridade econômica ou monetária autorizará, ou já autorizou, a abertura desse banco. A China passa a ser nosso principal parceiro econômico, e o Presidente Lula acaba de voltar de lá.

Então, dentro do possível e sabendo que o Brasil e o trabalho do Banco Central brasileiro é reconhecido no grupo do G-20 e no grupo dos Presidentes de Bancos Centrais, gostaria de conhecer sua avaliação, o significado ou qual pode ser o significado dessa presença chinesa mais oficial, por que não dizer, em território brasileiro, e, nessa discussão referente a uma terceira moeda ou um terceiro caminho, que pode ser reserva de valor entre as economias, se essa



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

questão deve ocupar, de alguma maneira, os esforços e as tensões da Câmara e do Senado com relação ao que pode vir pela frente.

Vejo que V.Exa. veio acompanhado da sua equipe, que, pelo menos no que diz respeito ao meu mandato — sou membro da Comissão de Finanças —, tem sido muito diligente e atenta. Então, cumprimento sua equipe pelas informações que, pelo menos a mim, já puderam prestar.

Obrigado, Presidente Meirelles. Obrigado, Presidente Almeida Lima.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Jilmar Tatto.

O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO - Caro Presidente, Senador Almeida Lima, Sr. Ministro Henrique Meirelles, demais membros da Mesa, primeiro, quero cumprimentar toda a equipe do Banco Central pela maneira que tem conduzido aquilo que V.Exa. chama de fundamentos macroeconômicos do Brasil, que são de sua competência. A forma competente com que tem gerenciado e monitorado, permite, inclusive, que o Governo brasileiro possa investir de forma bastante segura na área social, na infraestrutura e na produção.

Na área social, todos conhecemos o investimento, principalmente, no Bolsa-Família e agora no Minha Casa, Minha vida.

Na área da produção, toda a desoneração por parte do Governo nos setores produtivos, principalmente agora, como foi comentado o setor automobilístico. E também na infraestrutura o programa do PAC.

Então, esses fundamentos e essa ingerência do Governo Federal de fazer com que o Estado possa também ser o indutor da produção e o indutor do crescimento. Isso [P23]é importante, é um detalhe do monitoramento feito pelo Banco Central.

O sucesso do Brasil tem a ver com essa política. Considero isso importante. Quer dizer, não é secundário o fato de nós termos, num momento de crise, um Governo que levanta a cabeça e diz o seguinte: *“Nós vamos enfrentar a crise, apostando na produção, apostando no emprego, apostando na distribuição de renda, para que tenhamos emprego e possa a população ter consumo”*. A meu ver, isso é o mais importante que nós temos hoje no Brasil.

Eu tenho aqui várias perguntas que já foram respondidas. Mas tenho uma pergunta sobre *spread*. É inadmissível que o Banco Central tenha disponibilizado o compulsório de 100 bilhões e, de repente, não tenha ocorrido a diminuição de *spread*. Aliás, dizem inclusive que o Presidente do Banco do Brasil caiu em função disso, porque não adotou uma política arrojada de diminuição de *spread*. Essa questão, Sr. Henrique Meirelles, se V.Exa. me permitir, o Banco Central tem de trabalhar com carinho, porque é um elemento que pode virar um câncer hoje no País. É inadmissível que, no momento de crise, eles não abaixem o *spread* bancário para que a população possa consumir mais.

Outra questão, se V.Exa. puder responder, é sobre a poupança, um assunto delicado hoje no Brasil. O Executivo enviou para cá uma medida provisória que preserva 99% dos poupadores, com a preocupação em relação aos especuladores. Pergunto: o Banco Central tem controle ou existe mecanismo para fazer com que esses especuladores entrem na Conta Poupança simplesmente para obter lucro imediato e, de uma hora para outra, eles vão embora? Existe um mecanismo do Banco Central que alerte o Governo, o Executivo e o Ministério do Planejamento, para que o Brasil não sofra as consequências em relação à credibilidade da poupança?

A outra pergunta está relacionada com as nossas reservas. Até quando nós podemos usar as nossas reservas para investir na infraestrutura? Quer dizer, 205 bilhões agora. Será que nós não poderíamos pegar parte desse dinheiro e investir em infraestrutura, principalmente no momento de crise?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy. S.Exa. dispõe de 5 minutos para as indagações.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente Almeida Lima, prezado Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, em primeiro lugar, gostaria de perguntar a respeito da evolução positiva que tem ocorrido com os resultados da política de metas.

Observo no gráfico de V.Exa. que tem havido um comportamento mais e mais próximo, conforme ressaltou, da meta estabelecida da ordem de 4%. E está prevista, para junho próximo, a nova definição para os 3 anos seguintes, não é isso? Portanto, levando em conta esse resultado positivo, sabendo muito bem do quanto V.Exa. acredita que o objetivo do Banco Central centrado na meta de estabilização de preços como a principal, mas levando em conta também que outros países têm a sua autoridade monetária que leva em conta tanto a política de metas de inflação quanto o objetivo de diminuir a taxa de desemprego e de crescimento, consideraria o Banco Central que esses outros objetivos possam também ser considerados, ainda que colocando como central a política de metas de inflação?

Eu já fiz uma sugestão em ocasião anterior a V.Exa. e gostaria de reiterar, porque uma evolução positiva da política macroeconômica e política social do Governo do Presidente Lula e das autoridades econômicas e monetárias,



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

desde o início de 2003, tem sido ano a ano a diminuição do coeficiente de desigualdade. Como V.Exa., nas suas exposições, coleta tão bem as informações da economia, sugiro que acrescente o Coeficiente Gini em 2002, 2003 etc. E V.Exa. poderá, como tem sido ressaltado por muitos — ainda nesta semana no Fórum Nacional, no Rio de Janeiro e no BNDES — economistas internacionais que, diferentemente de outros países, o Brasil foi aquele que, nestes anos recentes, conseguiu uma diminuição bastante significativa, passando de 0,59 para 0,55, próximo de 0,54 no Coeficiente Gini. A minha sugestão é no sentido de que isso esteja contido nas suas exposições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Carlos Willian. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado João Oliveira.

O SR. DEPUTADO JOÃO OLIVEIRA - Sr. Ministro, quero ser breve, pois são apenas 2 perguntas. O Governo tributando o rendimento da poupança acima de 50 mil reais, resolve a questão da poupança? Qual o limite mínimo tolerável para a taxa de juros?

Com a criação de um teto para poupadores isentos de Imposto de Renda, não seria, por parte do Governo, uma ajuda aos bancos e prejuízo aos poupadores, uma vez que os fundos de investimentos concentram os recursos para empréstimos bancários? Essa é a nossa pergunta, Sr. Ministro. Alguma dúvida?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Sim, eu tenho uma dúvida em relação à segunda pergunta. Se entendi bem, a isenção dada ao aplicador de outros produtos que não a poupança beneficiaria os bancos. Queria entender exatamente isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO OLIVEIRA - Com a criação de um teto para poupadores isentos de Imposto de Renda, não seria, por parte do Governo, uma ajuda aos bancos e prejuízo aos poupadores?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - V.Exa. está falando de uma possível taxação de grandes poupanças no ano que vem ou da não-taxação de outros investimentos este ano? A qual das 2 V.Exa. se refere? Só para eu entender.

O SR. DEPUTADO JOÃO OLIVEIRA - A não-taxação deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Jerônimo Reis. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO - Sr. Presidente, eu cheguei um pouco tarde porque estava em outra audiência. E, quando cheguei, o Ministro já havia feito a sua dissertação. Todavia, eu não me inscrevi, mas o Deputado Jerônimo Reis teve de se ausentar e deixou um papel aqui para que eu pudesse fazer as perguntas. Sou o Deputado Osório Adriano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Fique à vontade.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO - Sr. Ministro, a poupança sempre foi um mecanismo mais simples de ser entendido, pois se destina sobretudo mais [P24]simples de ser entendido, pois se destina sobretudo aos pequenos poupadores. O cálculo da poupança, Sr. Ministro, é reconhecidamente difícil de entender, devido à relação da variação da Taxa SELIC com a inflação e outros determinantes. Quais os parâmetros que o Governo adotará para controlar o equilíbrio, os efeitos da SELIC e a atratividade da poupança? Essa é a primeira pergunta.

Sr. Ministro, a queda da taxa de juros não seria um instrumento, ao lado da compra de dólares, para compor as reservas internacionais e diminuir a tendência de desvalorização da moeda norte-americana? Qual o limite máximo para a composição de reservas internacionais?

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Valverde. *(Pausa.)*

Senador Roberto Cavalcanti. *(Pausa.)*

Deputado Leandro Vilela. *(Pausa.)*

Deputado José Chaves. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Eugênio.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO - Sr. Presidente Almeida Lima, Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, Srs. Diretores, caros amigos e colegas Parlamentares, a respeito da taxa de câmbio, Presidente Meirelles, quando vemos aqui o real valorizado em relação ao dólar, o euro valorizando-se em relação ao dólar, o real desvalorizando-se em relação ao euro, V.Exa. mostra, ao menos nesse período, que houve um processo muito mais de desvalorização do dólar no mercado mundial do que a valorização do real no mercado interno financeiro.

Isso me fez lembrar de um projeto de lei recentemente aprovado nesta Casa, do qual fui Relator, por meio do qual foi instituído, autorizado por esta Casa Legislativa, o sistema bilateral de troca de moedas entre Brasil e Argentina, que permite a compensação diária das operações entre os 2 Países. Pergunto se não seria esse um instrumento adequado a ser ampliado, na sua abrangência, para as trocas comerciais do Brasil com outros países do mundo, a fim de fugirmos



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dessa questão específica do dólar e dessa tendência que, parece-me, vem se configurando como uma tendência de longo prazo de desvalorização da moeda americana, em detrimento do nosso interesse enquanto País?

De outro lado, temos a notícia de que infelizmente, por razões que eu não conheço, esse sistema que já foi instituído, talvez pela sua complexidade ou pelo início da sua operação, ainda não foi adotado de forma significativa no comércio entre os países. V.Exa. teria uma previsão de que se isso poderá ser agilizado? Ou se realmente são dificuldades de longo prazo e mais estruturais que eu particularmente desconheço? V.Exa. entende que esse realmente é um instrumento importante para sairmos dessa ligação tão forte com o dólar?

Aproveito a oportunidade para fazer uma referência rápida ao projeto de lei, a que o Deputado Júlio se referiu, que V.Exa. respondeu de forma [P25]previsível, já que a sua posição recomenda um certo distanciamento das questões que ainda estão em debate nesta Casa, mas dizer do nosso reconhecimento dos esforços e das realizações importantes do Banco Central, em particular, e do Governo, em geral, no sentido de reduzir o *spread*, atingindo fatores determinantes para ele. V.Exa. fez referência a todos eles e não vou repeti-los; apenas quero ressaltar que o projeto de lei em referência procura especificamente estimular a competição. Esse é o objetivo do projeto; não é um projeto de fixação de tetos, de engessamento do *spread*, mas visa a estabelecer mecanismos que estimulam a competição bancária em direção a um *spread* mais baixo.

Esse é o objetivo do projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Tem a palavra o último orador inscrito, Deputado Otávio Leite, sergipano e Parlamentar pelo Rio de Janeiro

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sergipano com muito orgulho e Deputado pelo Rio de Janeiro com muita honra. Sr. Presidente, Senador Almeida Lima, Presidente Silvio Torres, Sr. Presidente do Banco Central, sem querer tomar muito tempo, há uma bandeira que há muito abraço e que merece uma reflexão do Banco Central.

Introduzo o que quero dizer lembrando um verso de que gosto muito, do poeta Gil. Ele disse a certa altura que é sempre bom lembrar que um copo vazio está cheio de ar. Acho isso formidável. Isso nos traz algumas reflexões em circunstâncias em que não visualizamos por completo a questão.

Isso se aplica aos indicadores econômicos do Banco Central extraídos hoje, porque embora a nossa balança comercial apresente superávit de 24 bilhões, por outro lado as nossas transações correntes apresentam déficit de 28 bilhões. Desde sempre, exportar será importante, ontem, hoje e amanhã. A saúde financeira de um país naturalmente se mede por sua capacidade de vender seus produtos e de incorporar mais valias ao cenário econômico interno. Portanto, não é à toa que desde sempre os governos procuram adotar políticas para fazer com que as exportações de manufaturados seja estimuladas. Agora mesmo votamos um bocado delas. Acho inclusive que em momentos de crise se faz necessário impulsionar alguns setores, para que prossigam no mercado externo e tragam divisas para o Brasil nas mais valias alcançadas em função das transações comerciais.

Não obstante essa óbvia afirmação, há nesse contexto um setor muito esquecido e ao mesmo tempo relevante. Embora se fale sobre ele, pouco se age sobre ele. Quero dizer sobre um componente dessas transações correntes, a intitulado conta turismo. Os números mais recentes indicavam, antes de o epicentro da crise ter eclodido, segundo dados do Banco Central, que os brasileiros deixaram no exterior, nas viagens internacionais, 10 bilhões. Por outro lado, os estrangeiros deixaram nesse mesmo período, no Brasil, 5 bilhões. Nesse déficit de transação corrente temos uma contribuição da conta turismo da ordem de 5 bilhões, o que é significativo.

Os dados de hoje, dado o refluxo do movimento das viagens internacionais, também revelam um déficit de 3 bilhões, se prosseguir o diagnóstico de janeiro a abril.

Fala[P26]-se que um momento de crise é também um momento de oportunidade, de criatividade — hoje houve uma Comissão Geral nesta Casa para apresentar propostas —, e há uma proposta, Sr. Presidente, que eu gostaria de trazer a V.Exa., para saber sua reflexão. Se, por um lado, oferecemos a “n” setores da indústria brasileira condições favoráveis para prosseguirem disputando mercado exterior, através de desonerações, por que não se toma iniciativa a fim de desonerar todos aqueles agentes econômicos que de alguma forma trazem turistas para o Brasil, que trazem pessoas para visitar o Brasil, seja no viés de lazer, seja para congressos, feiras e exposições, *business*? São efetivamente cidadãos do mundo que vêm ao País que consomem e deixam recursos aqui.

Um operador turístico, uma agência de turismo que traz pacotes, um organizador de eventos, um hotel que busca trazer clientela, no fundo estão produzindo para o Brasil, do ponto de vista do giro econômico, da movimentação da atividade econômica, absolutamente o mesmo efeito que o exportador de um móvel, de uma bicicleta ou de carro, porque estão trazendo recursos líquidos para a nossa economia através desse consumo.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vimos lutando, não é de hoje, neste Parlamento, quer dizer, neste mandato — é o meu primeiro mandato —, para que se consiga introduzir na legislação brasileira, no nosso ordenamento jurídico, esse conceito de que, por um viés e por um fundamento, a retaguarda constitucional, no princípio da isonomia — porque são iguais os resultados —, haveria também de oferecer a todos os agentes econômicos do turismo receptivo, ou seja, àqueles que trazem pessoas ao País, o mesmo tratamento em linhas de crédito do BNDES, em linhas de fomento, qualquer que seja o programa, em providências tributárias facilitadoras, para que esses setores expandam suas atividades.

Queremos o desenvolvimento; não há saída sem desenvolvimento. O desenvolvimento social vem agregado, mas sem desenvolvimento econômico é tudo discurso, é blá-blá-blá, e não se chega a lugar nenhum. Eis que, de alguma maneira, postulamos a introdução dessa matéria no ordenamento jurídico. Tentamos isso várias vezes. Agora mesmo vamos votar a MP nº 460. Infelizmente, as medidas provisórias, do ponto de vista técnico-legislativo, têm-se prestado a uma salada legislativa. Assuntos mais diversos são tratados no mesmo diploma legal, isso é complexo. Oferecemos mais uma vez essa proposta. Houve uma ocasião em que apresentamos a proposta, convidamos Deputados de outros partidos, do Governo e da Oposição, para que pudesse prosperar. Na Lei Geral do Turismo a apresentamos, foi aprovada, mas o Presidente a vetou.

O Banco Central nos informa dados preciosos que consubstanciam a defesa dessa bandeira. Temos que diminuir esse déficit, e diminuir esse déficit será saudável para o Brasil. Portanto, eu gostaria que V.Exa. nos ajudasse, junto ao Ministério da Fazenda, para que compreendam a importância do setor do turismo receptivo para o desenvolvimento do Brasil, para as contas nacionais e para combater esse perverso déficit nas transações correntes.

Se me fiz entender, essa é a bandeira para a qual peço uma reflexão de V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Agradeço a contribuição ao nobre Deputado Otávio Leite.

Concedo a palavra ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, para responder às indagações e logo a seguir para suas considerações finais, já que este é o último bloco de oradores inscritos.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Pois não. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, em relação às questões colocadas pelo Deputado Rodrigo Loures, eu gostaria de dizer que olhamos com grande confiança exatamente o relacionamento nosso com esta Casa, com a Câmara e o Senado, no endereçamento dessas questões. Nossas áreas técnicas estão à disposição, S.Exa. é sempre bem-vindo ao Banco Central, demais Parlamentares interessados, para discutirmos [p27]e apresentarmos uma colaboração técnica, não só para essas questões levantadas, mas também para as demais questões.

Em relação, por exemplo, à questão da margem, não do *spread*, na verdade, há um trabalho grande, feito pelas áreas técnicas do Governo, do BC, da Fazenda, e algumas dessas medidas já estão incorporadas atualmente na estrutura normativa, mas certamente há muito espaço ainda para o trabalho, e certamente trabalho com o Legislativo, porque muitas dessas medidas passam por este Poder.

Uma delas, muito importante, o cadastro positivo, certamente, é algo que tem uma importância muito grande no aumento da competição. Há algumas dúvidas importantes; uma delas foi muito discutida nesta Casa, a questão da postagem e do aviso ao consumidor sobre eventual negatificação, por inclusão no cadastro. Isso já foi aprovado nesta Casa. Há algumas questões complexas aí em termos de custos e benefícios, mas estamos totalmente dispostos a dar o nosso parecer.

Eu vou já me antecipar, já que S.Exa. mencionou a questão da margem. Uma das perguntas do Deputado Pedro Eugênio foi em relação ao projeto em andamento nesta Casa. O Deputado falou também sobre algo muito importante, dizendo que o projeto visa estimular a competição. E certamente o estímulo à competição bancária é uma das missões do Banco Central. O estímulo à eficiência e à competição no sistema bancário.

Estamos todos totalmente dispostos a dar o nosso parecer, desde que, evidentemente, solicitado por esta Casa. O nosso departamento especializado já está trabalhando nisso, já estamos analisando o projeto, e, certamente, solicitados formalmente pelos Parlamentares, nós daremos certamente a nossa contribuição, para que esse projeto possa de fato caminhar no sentido de aumentar a competição, como observou claramente o Deputado Pedro Eugênio. Certamente, daremos nosso parecer de como o projeto pode ser encaminhado, para aumentar a competição, e não outra coisa.

Quanto à questão da poupança, também estamos trabalhando nisso. O Governo já anunciou algumas medidas, que certamente serão enviadas no devido tempo ao Congresso Nacional. Estaremos totalmente abertos e preparados para dar toda a nossa colaboração técnica de novo a essa discussão tão importante.

Em relação ao Banco da China, ele foi autorizado e ainda não começou a operar. Evidentemente, há uma reciprocidade para banco brasileiro na China. Não há dúvida de que a China está crescendo como parceiro comercial. Para o Brasil é muito importante atualmente, por causa da exportação de *commodities*, principalmente para a China, um grande



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

consumidor. É muito importante para o preço das *commodities*, com o que tanto se preocuparam aqui alguns Parlamentares. É muito importante realmente.

Um dado fundamental para os produtores brasileiros de *commodities* é o consumo da China. Nesse aspecto, somos parceiros naturais, de um lado, e, de outro lado, competidores naturais do produto industrializado. Competidores duros dos chineses, aliás. Mas, de qualquer maneira, quanto à produção de *commodities*, parceiros naturais.

Então, não há dúvida de que há um interesse de ambas as partes em facilitar o comércio.

Quanto à questão da terceira moeda, há, sim, uma discussão, de que participei publicamente, em alguns fóruns de discussão na Europa, sobre qual seria a viabilidade de se criarem moedas multilaterais de reserva. É um conceito, que não é necessariamente muito fácil e muito rápido de ser implementado, mas é uma idéia interessante, positiva. É um dos mecanismos, que seriam [MSOffice28]os direitos especiais de saque do FMI. Houve uma decisão do G-20 de aumentar o volume dos direitos especiais de saque, o problema é a questão do volume. Os volumes não são necessariamente relevantes para que, de fato, se possa configurar a ideia de uma moeda reserva alternativa ao dólar. Mas, de qualquer maneira, é uma discussão interessante, é uma discussão importante, o Brasil está participando dela de uma forma muito intensa.

As declarações do Presidente Lula, em Londres, referentes à possibilidade de o Brasil inclusive participar de aporte de recursos ao FMI é muito importante. Em resumo, o Brasil hoje já tem um peso importante, é um País que tem uma presença internacional forte e já participa intensamente dessas discussões.

Passo agora às perguntas do Deputado Jilmar Tatto. Em primeiro lugar, com relação ao *spread* bancário, não há dúvida, Deputado, de que estamos tomando uma série de medidas — diversas delas já foram mencionadas e discutidas aqui — visando, em última análise, a aumentar a competição. Isso é o que fez com que o *spread* bancário caísse em diversos países do mundo.

Existem outros fatores que foram também mencionados aqui: a questão da inadimplência — para isso o cadastro positivo é muito importante —; existe a questão também de mecanismos processuais, projeto que deverá, em determinado momento, ser discutido por esta Casa, suponho; existem outras questões referentes a questões fiscais, e a questão fiscal é permanente na maior parte das perguntas e sugestões. E evidentemente a questão fiscal que se coloca no *spread* bancário, na questão do turismo e na questão do investimento tem como contrapartida o equilíbrio das contas do Estado. Em resumo, essa já é uma discussão importante, que existe, real, mas existem também certas limitações nesses aspectos.

Em relação à reforma tributária, por exemplo, que está em discussão nesta Casa, acho que é muito importante que prossiga no futuro, porque boa parte dela passa por essa via.

Em relação à questão da poupança, não há dúvida de que o mecanismo de alerta sobre a entrada na poupança ou a saída da poupança de especuladores... Pelo que entendi da sua pergunta, V.Exa. está se referindo à questão de que, de vez em quando, a poupança poderia ficar muito atraente, então os grandes especuladores entrariam etc. É evidente que sim, nós temos medidas muito acuradas e seguimos não só os depósitos em poupança, mas em todos os demais veículos de investimento, e certamente o Governo tem acesso a todos eles, seja através do Ministério da Fazenda, através do Ministério do Planejamento, da Presidência da República, todos têm acesso a esses dados rapidamente, no sentido de que é possível, sim, ter uma visão muito clara disso. E isso é algo que é monitorado claramente. Essa é a razão de toda essa discussão a respeito do assunto, a respeito do equilíbrio do sistema financeiro como um todo e dos diversos instrumentos, para que não levem a desequilíbrios perigosos.

Em relação à questão do investimento das reservas na infraestrutura, Deputado, há um ponto importante que deve ser frisado, do que é cada mecanismo. O mecanismo de reserva visa, basicamente, como o próprio nome diz, a uma reserva de liquidez, isto é, algo que o País tem para garantir suas contas externas, de maneira que não entre em crise cambial. Essa é a finalidade da reserva. Se usamos a reserva para a infraestrutura, ela não é mais reserva por definição, é outra coisa, é uma despesa primária. Então a questão é saber se o volume de reservas é adequado.

O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO - Isso. Qual é o volume de reserva? Porque pode ter haver 200, 300, 500. A China tem trilhões.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Tem 2 trilhões.

O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO - Mas no Brasil qual o volume dessa reserva? Porque chega uma hora em que não adianta ter tanta reserva que...

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Está certo. Não há dúvida de que chega uma hora em que...

O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO - Tem que usar o dinheiro, não é? O Brasil tem necessidades do ponto de vista de infraestrutura.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - É uma boa pergunta também, Deputado, como várias que já foram feitas.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não há dúvida de que a relação custo/benefício das reservas é uma coisa que nós monitoramos com muito rigor. E [P29]isso tem mudado. Existiam modelos no passado do que seria o volume ideal de reserva. Esses modelos apontavam, inclusive, para números menores do que os que temos hoje.

Essa crise mostrou que esses modelos estavam errados, porque eles não levavam em conta todas as necessidades possíveis e todas as possibilidades de evasão de capital em caso de uma crise dessa magnitude. A crise mostrou que, de fato, os volumes de reservas que o Brasil tem hoje eram adequados e que volumes muito menores poderiam ter sido programados.

Em relação à reserva, não é apenas necessário olhar o que se gastou. É necessário olhar aquilo que não foi preciso gastar. Isto é, o fato de o Brasil ter uma reserva dá a segurança de que eventualmente não será necessário gastar as reservas. Primeiro ponto.

Segundo, o fato de que o Brasil anunciou que poderia atender a toda a demanda por dólares, empréstimos em dólares, das empresas exportadoras ou não exportadoras brasileiras e dos bancos brasileiros. Quando o Banco Central do Brasil anunciou: *"Estamos fazendo leilões de linhas externas usando as reservas e não temos limite para isso"*, isso foi um sinal importante de que o Brasil estava líquido, o que colaborou muito para que o Brasil e as empresas brasileiras pudessem voltar o mercado internacional, não sendo necessário usar todo aquele volume. Mas se não tivéssemos as reservas, como muitos países não têm, aí teríamos problemas.

Em resumo, a finalidade das reservas se mostrou muito mais ampla do que parecia à primeira vista. Portanto, a conclusão a que se chega hoje é de que o patamar ideal — um conceito teórico, que não se sabe exatamente qual é — é maior do que se pensava anteriormente. É uma conclusão, inclusive, muito discutida no fórum dos bancos centrais, principalmente dos países emergentes, nas reuniões internacionais.

Portanto, o que está claro é que ainda temos margem para o crescimento das reservas. Dito isso, estamos trabalhando na recomposição das reservas. Por enquanto, estamos recompondo-as, considerando que, se somássemos a posição das reservas e a posição dos mercados futuros, teríamos uma margem total maior do que temos hoje. Portanto, ainda temos tempo para aumentar as reservas se olharmos os 2 mecanismos conjuntamente.

Não estou dizendo que poderemos ou não voltar a ter posição no mercado futuro. O que estou dizendo é que devemos olhar os 2 mercados conjuntamente e que, portanto, existe espaço para continuar o crescimento das reservas, inclusive porque a indicação é de que, independentemente da posição que tínhamos no início, ainda temos espaço para crescer.

Basicamente, Deputado, o resultado líquido da existência das reservas é muito positivo, inclusive para a capacidade de investimento do Governo, porque isso assegurou a manutenção dos planos de risco do Brasil e, portanto, dos custos de captação do Tesouro a níveis mais baixos do que alguns países que tiveram os mesmos problemas que o Brasil enfrentou no passado. Já mostrei que, no passado, as nossas taxas de juros subiram acima de 30 no custo do Tesouro em momentos de crise. Agora, não. Então, não é só a reserva — é a dívida pública cadente, é a inflação na meta, é o equilíbrio macroeconômico —, mas ela é um fator importante.

Em relação às questões do Senador Eduardo Suplicy, a sua preocupação é absolutamente legítima e importante. V.Exa. tem esse enfoque, com o qual concordamos completamente porque ele está nos índices de desigualdade social e substituição de renda. V.Exa. mencionou dados importantes, como, por exemplo, o Índice de Gini de desigualdade social, que tem melhorado recentemente no Brasil. Não há dúvida de que esse é um dado importante.

O Senador mencionou algo também da maior importância, alguns dados e indicadores sociais do Brasil. Realmente, 30 milhões de pessoas cruzaram a linha de pobreza, para baixo e para cima, nos últimos 5 anos no Brasil. Hoje a maioria da população brasileira [p30], mais de 50%, é classe média. Tudo isso são fatores mais importantes. Não é suficiente. Precisamos continuar melhorando esse quadro. Todos concordamos com isso, e V.Exa. tem a nossa concordância absoluta nesse aspecto.

Quanto à questão de meta, existe aí uma questão objetiva, técnica, Senador. O Banco Central, no caso de política monetária, tem um instrumento, a taxa básica de juros. E a questão sobre a qual os bancos centrais se debatem, já falamos sobre isso hoje, é, com um instrumento só, sair pesquisando, a curto prazo, objetivos diferentes. Isso normalmente tem dado resultados negativos.

Então a experiência brasileira mostra que um banco central que colabora, juntamente com outros órgãos de governo e com outros agentes, para que exista o equilíbrio macroeconômico do país — e, no caso, do Brasil —, esse equilíbrio macroeconômico permite a estabilidade do valor da moeda, previsibilidade, baixa dos prêmios de risco, portanto menor custo de capital para o Governo, o Tesouro e o setor privado, tudo isso ao longo do tempo aumenta o investimento, o emprego e a renda.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A colaboração que o Banco Central pode dar para o aumento do emprego e da renda e para a diminuição da desigualdade é simplesmente não permitir a volta da desorganização financeira do País, que houve durante tantos anos. Se nós olharmos a história recente, Senador, veremos isso, quer dizer, o Brasil criou 1 milhão e meio de empregos, em média, nos últimos anos — ali esses indicadores sociais todos que o senhor mencionou. A massa salarial cresceu durante os últimos anos cerca de 6% ao ano, real. O Governo Federal, por uma política determinada pelo Presidente Lula, mas com condições financeiras, geradas pelo aumento da arrecadação, pôde aumentar os programas sociais, instituindo diversos projetos, que colaboraram muito exatamente para esse processo.

Portanto, é exatamente essa a ideia, quer dizer, diversos órgãos de Governo trabalhando com objetivos na mesma direção, mas objetivos com instrumentos diferentes e com metas específicas diferentes, dentro do objetivo maior, que é o aumento do emprego, da renda e do crescimento do País.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Obrigado, Presidente. Eu peço licença, porque há votações no plenário do Senado. Então tenho que me ausentar.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado.

O Deputado João Oliveira. Agora, em relação à poupança. Em primeiro lugar, a pergunta objetiva do Deputado é se a questão dos 50 mil reais resolve. Não é isso?

Muito bem, as nossas avaliações, Deputado, são de que, dentro do panorama atual da economia brasileira, essa taxação, anunciada pelo Ministro da Fazenda, da poupança acima de 50 mil reais, a partir do ano que vem, certamente é algo que deve prevenir os movimentos especulativos da poupança, que preserva, de um lado, a grande maioria da população, que tem depósitos abaixo de 50 mil reais, e, por outro lado, evita movimentos especulativos dos grandes volumes, dos grandes investidores.

Pelos cálculos que fizemos, que são estatísticos, estimativos, essa é uma medida adequada, ponderada, que deve equilibrar o sistema quando for implementada — se aprovada, certamente, pelo Congresso Nacional —, no ano de 2010.

Em relação ao limite de taxa de juros — estamos falando agora para baixo —, é interessante essa discussão no Brasil. Agora as preocupações são com a queda de juros. Mas não há dúvida de que o Brasil tem toda uma estrutura, que não é só a questão de poupança, mas fundos de investimento, pensões, uma série de outras estruturas no Brasil, que partem de toda uma história de juros elevados, de alta margem de risco na economia, que demandavam juros elevados.

No [p31]momento em que a taxa de juros real na economia tem essa tendência declinante ao longo dos anos, começamos a enfrentar problemas que são resultado da estabilização e do sucesso da economia brasileira. Mas não há dúvida de que taxa de juros, como muita coisa na vida, Deputado, é aquela história: todos nós achamos que juros altos são muito ruins na hora de pagar e uma coisa menos ruim na hora de receber, não é verdade? Então isso vale para pequenos, médios e para os grandes. Todos querem proteger a sua poupança. O pequeno poupador que trabalhada duro e bota o seu dinheiro, dependendo do instrumento, quer o melhor retorno possível. E é legítimo. E o tomador quer o melhor possível. Então esse debate é normal.

Agora, do ponto de vista do conjunto da sociedade, não há dúvida de que a queda da taxa de juros é extremamente positiva para o País, e essa queda estrutural da taxa de juros que está acontecendo no Brasil, em função da estabilização econômica do País, não há dúvida de que é resultado de novo do sucesso da política econômica.

A isenção é uma questão objetiva, quer dizer, na medida em que uma taxação dos grandes investidores na poupança só se daria caso aprovada por esta Casa no ano que vem, então temos um possível desequilíbrio este ano. E conforme o que foi anunciado pelo Ministro da Fazenda, caso esse desequilíbrio venha a se configurar, etc., certamente serão necessárias medidas este ano, e a medida escolhida seria a isenção dos demais investimentos. Essa foi a medida anunciada pelo Ministro da Fazenda, responsável pela política fiscal do País. Certamente anunciou que tratará do assunto no momento adequado, segundo uma estratégia fiscal e de equilíbrio das aplicações financeiras, no caso da poupança.

Em relação às perguntas do Deputado Eduardo Valverde...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Ah, é Deputado Otavio Leite, que foi lido por ele, está certo. Os mecanismos para controlar, pelo que entendi, eram de controle de entrada e saída de capitais.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Eu não cheguei ainda às perguntas do Deputado Otavio Leite, não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Exatamente, é do Deputado Osório Adriano, que fez a pergunta em nome do Deputado Jerônimo Reis.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Ah, está certo. A primeira pergunta, o V.Exa. poderia repetir, por favor Deputado?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado. De fato é a questão novamente da poupança. Essa pergunta foi a que acabei de responder, no sentido de que os mecanismos são exatamente os anunciados pelo Ministro da Fazenda.

Quanto à segunda pergunta, em relação à SELIC e à taxa de câmbio, também já foi respondida. Em relação à terceira, sobre o limite máximo de reservas, também já foi respondida.

Em relação às perguntas do Deputado Pedro Eugênio, em primeiro lugar, temos a questão da ampliação do comércio em moedas locais. Esse comércio em moedas locais tem o nome de SML, Sistema de Moedas Locais. Já assinamos esse convênio e estamos implementando um trabalho longo e difícil, porque tem que haver uma integração de sistemas de câmbio entre os 2 países. Com a Argentina já está em funcionamento, estamos em processo de implementação com o Uruguai, e estamos em estudos preliminares com a China. Então é um processo longo, difícil, trabalhoso, que envolve um esforço muito grande de todo o corpo técnico do Banco Central dos 2 países em tecnologia e outras coisas, mas está avançando.

Em relação à pergunta do Deputado, por que não houve um crescimento mais rápido do sistema de moedas locais, a questão, Deputado, é de várias ordens. Primeiro, porque é um processo de fato lento. As primeiras vantagens dizem respeito a custo, portanto os exportadores menores tendem a começar primeiro.

O [MSOffice32]número é grande, os valores são pequenos. Por quê? Porque, como a primeira grande vantagem é uma questão de custo operacional, isso tem mais impacto nas exportações pequenas, de pequeno valor. Para alguém que faz uma exportação de grande valor, o custo do contrato de câmbio, de todo o procedimento burocrático, é proporcionalmente menor. As grandes empresas e os grandes exportadores tendem, num primeiro momento, a não querer modificar seus sistemas por conta de algo que, como percentual de um valor muito grande, não é relevante. Quanto aos pequenos exportadores, sim, para estes, vale a pena o trabalho de modificar todos os seus procedimentos. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é, por exemplo, a de que a maior parte das mercadorias tem valor referenciado em dólar no comércio internacional. Então fica mais fácil, as empresas importadoras e exportadoras estão acostumadas a ter uma referência em dólar. Aqui passaria a ter referência em moeda local. Então esse é um processo que tem certa lentidão para ser implementado.

Depois, há também a questão de financiamento, linhas de crédito etc. nas moedas locais para o outro país. Estamos trabalhando nesse aspecto. Com a Argentina, por exemplo, estamos trabalhando intensamente em relação a isso. Existe um grupo de trabalho dos 2 países. Já anunciamos algumas medidas em relação a esse aspecto. Em resumo, é um processo que tem um início lento, mas que certamente será muito relevante no futuro, porque existem algumas mudanças importantes operacionais, técnicas, procedimentais. E é geométrico: quanto maior, mais haverá mercadorias que começam a ser referenciadas nas moedas locais. Portanto, é um processo que tende a crescer geometricamente no momento em que comece a pegar maior volume.

Em relação ao projeto do *spread* bancário, já mencionei um pouco do mencionado pelo Deputado, que a ideia original do projeto é aumentar a competição. Nós vamos analisar e apresentar a S.Exa. toda a nossa colaboração no sentido de que, de fato, se consiga um aumento da competição.

A última pergunta, do Deputado Otávio Leite, aí sim, é a questão da isenção do turismo.

Deputado, mencionei a mesma coisa em relação à questão da carga tributária nos empréstimos e no *spread* bancário, e é a mesma questão do turismo.

Não há dúvida de que o turismo é da maior importância, não há dúvida de que é um grande gerador de empregos. Existem exemplos abundantes nesse aspecto, principalmente em países que fizeram sucesso nisso. Não é só gerador de divisas, é um setor que, de fato, gera muito emprego.

A questão tributária, como sempre, é uma questão de possibilidades de diminuir a arrecadação pública em questão de prioridade em determinado momento. É uma discussão complexa e difícil, mas certamente vou levar sua sugestão aos órgãos tributários do País e ao Ministro da Fazenda, sua reivindicação nesse sentido.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - O que eu imagino — Sr. Presidente, permita-me — é também identificar, no âmbito do Banco Central, o que pode ser feito para ajudar esse setor, que tem que fazer o câmbio, que tem que se movimentar. Porque não se trata meramente de estabelecer isenções. Trata-se, primeiro, de reconhecer esse setor à luz da isonomia, como também fundamental para a atração de divisas, para a nossa balança, para as nossas transações correntes. Mas, dentro do Banco Central, como podemos pensar também um mecanismo facilitador?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Nós estamos, Deputado, trabalhando muito na questão da modernização do sistema de câmbio do País, no modelo. Muita coisa tem sido feita e muita coisa ainda resta a ser feita. Estamos trabalhando intensamente nisso. Temos uma diretoria dedicada exclusivamente a isso, quase exclusivamente a



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

isso. E eu lhe asseguro que consideramos isso alta prioridade. Várias medidas foram tomadas nesse sentido, em termos de [p33]facilitação de pagamentos, etc.

Existem questões mais complexas. Vou citar um exemplo. Hoje é uma coisa nova no Brasil, mas, na extensão do que está acontecendo, europeus, principalmente aposentados, donos de propriedades de férias no Nordeste começam a ter problemas para pagar a conta. O cidadão mora na Europa, tem um apartamento numa praia do Nordeste, tem conta de luz, de água, etc. Ele tem uma conta de não-residente no Brasil, que tem certa complexidade, por causa das leis internacionais de lavagem de dinheiro. Então, existe um trabalho intenso no sentido de operacionalizar esse mecanismo para que esse cidadão seja incentivado, de fato, a manter as suas despesas no Brasil, mas, ao mesmo tempo, que se mantenham todos os controles de lavagem de dinheiro, origem de recursos, etc. Em resumo, estamos trabalhando intensamente nisso. Tenha a certeza de que nós concordamos com V.Exa. no que diz respeito à importância do turismo para o País.

Bom, passo às minhas considerações finais. Como sempre, acho que foi um momento muito importante estar aqui no Congresso Nacional, tendo a oportunidade de prestar esclarecimentos sobre alguns aspectos da maior importância para o Brasil.

A mensagem final é de que esta crise internacional de fato é uma crise da maior gravidade, como os números mostram. Ela atingiu o mundo todo, inclusive o Brasil, com intensidade muito forte no final do ano passado. O Brasil mostra indicadores de que sairá dessa crise mais rápido do que a média dos países. Nós sairemos mais fortes dessa crise, porque o equilíbrio financeiro do País está sendo mantido. O Brasil é um dos poucos países que não está criando desequilíbrios macroeconômicos para tentar sair da crise mais rápido. Estamos mantendo o equilíbrio macroeconômico, isso é muito importante. Principalmente, temos espaço para crescer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Agradeço, em nome dos membros da Comissão Mista de Orçamento e de todas as Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, de forma expressa ao Deputado Silvio Torres, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, agradeço ao Presidente Henrique Meirelles e a toda a sua equipe técnica a presença na tarde e noite de hoje.

Declaro encerrada, portanto, a presente reunião.